Relatório de gestão

NPC 27

Índice

1. DISPOSIÇÕES INICIAIS 4
2. ANÁLISE ORÇAMENTAL 5
2.1 Disposições Iniciais: 5
2.2 Receita: 9
2.2.1 Estrutura da Receita: 9
2.2.2 Evolução da receita – Anos 2020/2021: 12
2.3 Despesa: 14
2.3.1 Estrutura da despesa: 14
2.3.2 Evolução da despesa – Anos 2020/2021: 16
2.4 Grandes Opções do Plano: 18
2.5 Indicadores orçamentais: 26
2.6 Cumprimento da Regra do Equilíbrio Orçamental: 27
3. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA 29
3.1 Disposições iniciais: 29
3.2 Balanço: 29
3.3 Demonstração de Resultados: 35
3.4 Indicadores Económico-financeiros: 37
3.4 Dívida Municipal: 40
3.4.1 Evolução da dívida municipal: 40
3.4.2 Cumprimento do limite da dívida total: 41
3.4.3 Cumprimento da redução do endividamento (OE/2021): 44
4. CONTABILIDADE DE GESTÃO 46
4.1 Análise de custos: 47
4.2 Análise de proveitos: 58
5. RECURSOS HUMANOS 61
6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS 63
7. DISPOSIÇÕES DIVERSAS 63

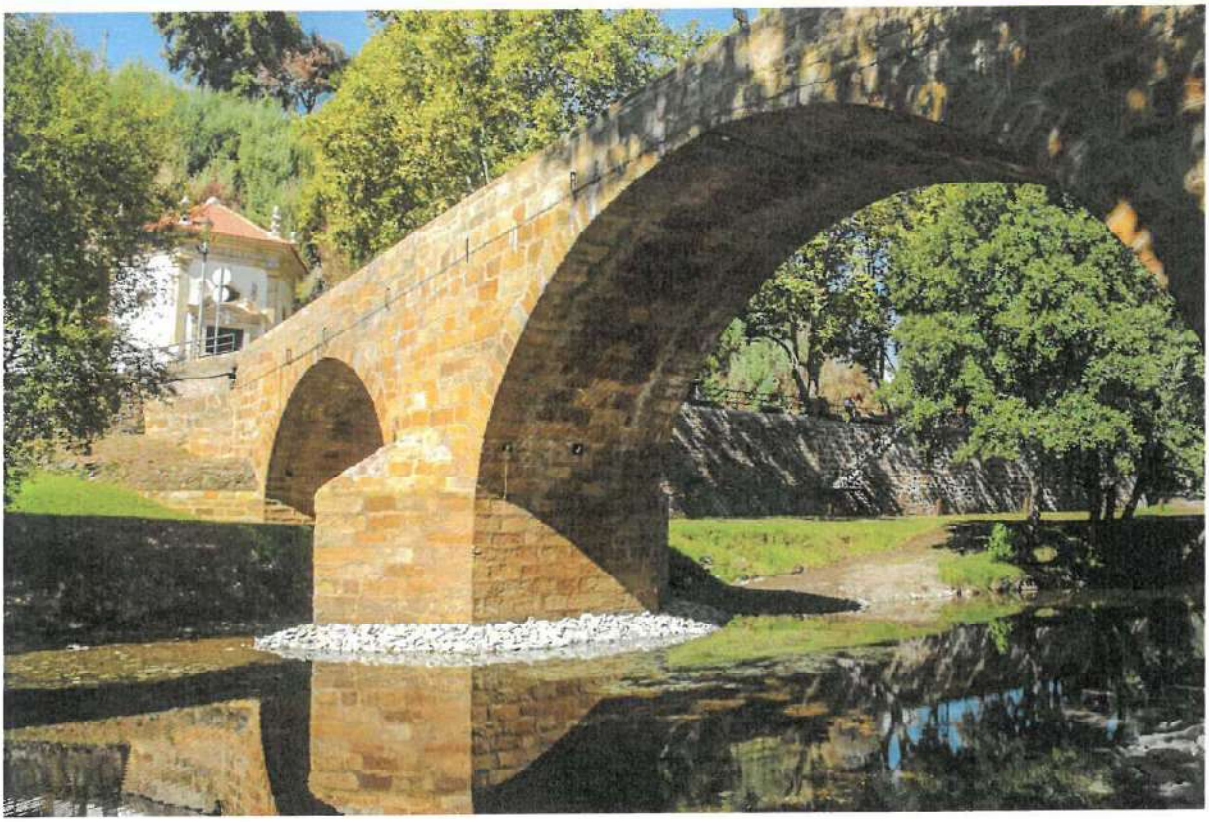
Índice de quadros

Quadro nº 1 - Recebimentos e Pagamentos 6
Quadro nº 2 - Diferença entre o orçamento inicial e o orçamento corrigido 6
Quadro nº 3- Execução do Orçamento da Receita 9
Quadro nº 4 – Transferências de Capital 11
Quadro nº 5 – Evolução da receita 12
Quadro nº 6 – Participação do Município de Góis nos impostos do Estado 14
Quadro nº 7 – Despesa Orçamental 14
Quadro nº 8 – Evolução da despesa 16
Quadro nº 9 – Execução das Grandes Opções do Plano (resumo) 18
Quadro nº 10 – Execução das Grandes Opções do Plano 19
Quadro nº 11 – Fundos do OE e Comunitários 25
Quadro nº 12 – Indicadores Orçamentais 26
Quadro nº 13 – Amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo 28
Quadro nº 14 – Cumprimento da regra de equilíbrio orçamental 28
Quadro nº 15 – Balanço - Ativo 30
Quadro nº 16 – Balanço – Património líquido e Passivo 31
Quadro nº 17 – Demonstração de Resultados 35
Quadro nº 18 – Indicadores Económico-Financeiros 38
Quadro nº 19 – Evolução da Dívida 40
Quadro nº 20 – Financiamentos Obtidos 41
Quadro nº 21 – Cálculo do limite da Dívida Total 41
Quadro nº 22 – Total da dívida a terceiros operações orçamentais 42
Quadro nº 23 – Situação face ao limite da Dívida Total 43
Quadro nº 24 – Contribuição do Município em entidades relevantes para efeitos de limites da Dívida total 44
Quadro nº 25 - Repartição dos custos (diretos e indiretos) por funções 48
Quadro nº 26 - Imputação dos custos - Bens/Serviços da Administração Geral (Função 111) 49
Quadro nº 27 - Imputação dos custos - Bens/Serviços da Proteção Civil e Luta Contra Incêndios (Função 121) 50
Quadro nº 28 - Imputação dos custos - Bens/Serviços do Ensino Não Superior e Serviços Auxiliares de Ensino (Funções 211 e 212) 51
Quadro nº 29 - Imputação dos custos - Bens/Serviços da Ação Social (Função 232) 52
Quadro nº 30 - Imputação dos custos - Bens/Serviços de Cultura (Função 251) 53
Quadro nº 31 - Imputação dos custos - Bens/Serviços de Desporto, Recreio e Lazer (Função 252) 54
Quadro nº 32 - Imputação dos custos - Bens/Serviços de Indústria e Energia (Função 320) 55

Quadro nº 33 - Imputação dos custos - Bens/Serviços dos Transportes Rodoviários (Função 331) 55
Quadro nº 34 - Imputação dos custos - Bens/Serviços de Turismo (Função 342) 56
Quadro nº 35 - Comparação custos (diretos e indiretos) por funções com ano anterior 57
Quadro nº 36 - Grau de cobertura dos custos 59
Quadro nº 37 - Comparação proveitos por funções com ano anterior 60
Quadro nº 38 - Trabalhadores por carreira segundo a modalidade de vinculação 61
Quadro nº 39 - Trabalhadores segundo o género 61
Quadro nº 40 - Trabalhadores segundo o escalão etário 62
Quadro nº 41 - Despesas de Combate COVID-19 64

Índice de gráficos

Gráfico nº 1 – Estrutura da Receita 12
Gráfico nº 2 – Evolução da receita 13
Gráfico nº 3 – Estrutura da Despesa 16
Gráfico nº 4 – Evolução da despesa 17
Gráfico nº 5 – Estrutura do Ativo 33
Gráfico nº 6 – Estrutura do Património Líquido 33
Gráfico nº 7 – Estrutura do Passivo 34
Gráfico nº 8 – Estrutura dos Rendimentos 36
Gráfico nº 9 – Estrutura dos Gastos 37



1. DISPOSIÇÕES INICIAIS

Em cumprimento com o estabelecido na alínea i) do nº1 do artigo 33º e na alínea l) do nº2 do artigo 25º, ambas do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, alterada pelas Leis nºs 25/2015, de 30 de março, 69/2015, de 16 de julho, 7-A/2016, de 30 de março 42/2016, de 28 de dezembro, 50/2018, de 16 de agosto e 66/2020, de 4 de novembro e em articulação com o disposto o nº1 do artigo 76º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, alterada pelas Leis nºs 82-D/2014, de 31 de dezembro, 69/2015, de 16 de julho, 132/2015, de 4 de setembro, 7-A/2016, de 30 de março 42/2016, de 28 de dezembro, 114/2017, de 29 de dezembro, 51/2018, de 16 de agosto, 71/2018, de 31 de dezembro, 2/2020, de 31 de março e 66/2020, de 4 de novembro, o órgão executivo deve apresentar ao órgão deliberativo as Prestação de Contas de 2021, até 30 de abril de 2022 com um relatório de gestão que apresenta e justifica os resultados da execução do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, assim como analisa a situação financeira do Município.

Na elaboração dos documentos de Prestação de Contas mencionados no presente Relatório, foram respeitadas todas as disposições constantes nas diversas Normas de Contabilidade Pública do Sistema de Normalização de Contabilística paras as Administrações Públicas (SCN-AP), aprovado pela Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 85/2016, de 21 de dezembro e pela Lei nº 71/2018, de 31 de dezembro e que veio revogar o Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, alterado pela Lei nº 162/99, de 14 de setembro, pelos Decretos-Lei nºs 315/2000, de 2 de dezembro e

84-A/2002, de 5 de abril e pela Lei nº 60-A/2005, de 30 de dezembro (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais – POCAL), exceto nos seus pontos 2.9 (Controlo Interno), 3.3 (Regras previsionais) e 8.3.1 (Modificações ao orçamento), bem como o constante na Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, com as respetivas alterações (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais – RFALEI).

Ainda de acordo com o SNC-AP, são exigidos vários documentos de prestação de contas, para além dos anteriormente referidos.

São também de considerar os documentos exigidos pelo Tribunal de Contas que estão previstos na Instrução nº 1/2019, publicada em 6 de março de 2019 (Prestação de contas das entidades sujeitas à jurisdição e aos poderes de controlo do Tribunal de Contas), entidade à qual devem ser remetidas as contas de 2021 até 30 de abril de 2022, de acordo com o referido no nº 4 do artigo 52º da Lei nº 97/98, de 26 de agosto e com a alínea b) do nº 3 da Resolução nº 2/2021 do Tribunal de Contas, publicada no DRE nº 248, 2ª série, de 24 de dezembro de 2021.

2. ANÁLISE ORÇAMENTAL

2.1 Disposições Iniciais:

Para o exercício económico de 2021, o Orçamento inicial apresenta, um total de 9.633.014,00 €, sendo o orçamento da receita dividido em 7.676.827,00 € na parte corrente e 1.956.187,00 € na parte de capital e outras receitas e o orçamento da despesa corresponde, em termos corrente e capital, a 7.031.414,00 € e a 2.601.600,00 €, respetivamente.

O quadro seguinte mostra os recebimentos e os pagamentos verificados em 2021:

Quadro nº 1 - Recebimentos e Pagamentos

	Recebimentos	Pagamentos	Saldo
Saldo da gerência anterior			**1.598.641,28**
De execução orçamental			1.011.417,68
De operações de tesouraria			587.223,60
Variação de caixa e seus equivalentes em 2021	**7.910.907,80**	**7.042.866,38**	**868.041,42**
Fluxos de caixa das atividades operacionais	6.242.068,04	6.023.243,95	218.824,09
Fluxos de caixa das atividades de investimento	1.668.839,76	757.068,51	911.771,25
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	0,00	262.553,92	-262.553,92
Saldo para a gerência seguinte			**2.466.682,70**
De execução orçamental			1.881.648,23
De operações de tesouraria			585.034,47

Pela análise do quadro, constata-se que no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021, o valor das entradas totalizou a importância de 7.910.907,80 € (menos 493.237,17 € que no ano anterior). Quanto à saída de fundos, estas ascenderam neste período a 7.042.866,38€ (menos 651.166,53 € que no ano anterior).

O saldo para a gerência do ano de 2022 é de 2.466.682,70 €, sendo 1.881.648,23€ referente a operações orçamentais e 585.034,47€ a operações de tesouraria, que em termos globais representa um aumento de cerca de 670.000 €, face ao ano anterior.

O quadro seguinte apresenta a diferença entre o orçamento inicial e o orçamento corrigido à data de 31.12.2021:

Quadro nº 2 - Diferença entre o orçamento inicial e o orçamento corrigido

	ORÇAMENTO INICIAL	ORÇAMENTO CORRIGIDO	DIFERENÇA	
			Valor	%
TOTAL RECEITA	**9.633.014,00**	**9.389.368,68**	**-243.645,32**	**-2,53**
Corrente	7.676.827,00	7.099.569,00	-577.258,00	-7,52
Capital	1.951.187,00	1.270.382,00	-680.805,00	-34,89
Outras Receitas	5.000,00	1.019.417,68	1.014.417,68	20.288,35
TOTAL DESPESA	**9.633.014,00**	**9.389.368,68**	**-243.645,32**	**-2,53**
Corrente	7.031.414,00	7.010.528,40	-20.885,60	-0,30
Capital	2.601.600,00	2.378.840,28	-222.759,72	-8,56

Durante o ano de 2021, o Orçamento Municipal sofreu 20 modificações, das quais 18 alterações e 2 revisões. Estas modificações originaram um decréscimo global do orçamento de 8,56%, isto é, entre o orçamento inicial e o orçamento corrigido existe uma diferença de 243.645,32 €.

A diferença apurada deve-se, por um lado, à incorporação na receita do saldo da gerência anterior (+1.011.417,68 €), à incorporação da receita consignada relativa à comparticipação financeira relativa aos projetos "Contrato de Financiamento PDP – 3 – Gestão da Bacia do rio Ceira para adaptação às mudanças climáticas", inserido no Programa EEA Grants e "Condomínio de Aldeias - Programa de apoio às aldeias localizadas em territórios de floresta – Tarrastal e Roda Fundeira" (+162.141,00 €) e, por outro, à redução do montante de 957.304,00 €, respeitante a ajustamento do apoio ao investimento previsto arrecadar como os respeitantes a: "Requalificação e ampliação – JI+EB1 de Vila Nova do Ceira", "Viver os Rios", "Portas do Céu", "Foliar entre Montes e Mar", "Linha de Apoio à Valorização Turística do Interior – SmartLand", "Condomínio de Aldeias – Ádela", "Ciclovia Urbana de Góis a Vila Nova do Ceira", "Praça da República e ruas envolventes" e ainda à redução do montante de 459.900,00 €, relativo ao ajustamento da rubrica da receita relativa à compensação financeira, no âmbito do protocolo com a APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S.A. para a Prestação dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água, de Saneamento de Águas Residuais Urbanas e de Gestão de Resíduos Urbanos, dos custos incorridos pelo Município de Góis, relativos ao período transitório fixado até ao final de 2020, receita que não veio a ser cobrada em 2021, uma vez que, na reunião do executivo municipal de 20.05.2021, foi aprovada a extinção das obrigações de pagamentos de compensação financeira emergentes do Protocolo e que lhes são devidas pela APIN, EIM, S.A., por efeito da substituição pelas obrigações de realização de investimentos.

De uma análise mais global, e tendo por base os pontos seguintes, pode-se referir que, de 2020 para 2021, ao nível da execução orçamental, registou-se um acréscimo na receita, de 3,10% (266.620,55 €) (quando se considera a incorporação do saldo da gerência anterior de operações orçamentais) mas por sua vez, verifica-se, na despesa, um decréscimo de 7,96% (-603.610,00 €).

Da análise à execução orçamental constata-se que em 2021, o orçamento da receita obteve um grau de cobrança de 94,32% (repartido em 94,17% na parte corrente, 90,84%, na parte de capital e 99,76% nas outras receitas), quando, em 2020, esta execução foi de 91,36% (repartido em 94,02% na parte corrente, 81,73%, na parte de capital e 97,31% nas outras receitas). A execução do orçamento da receita justifica-se fundamentalmente pela forte execução da receita corrente, em que os Impostos Diretos, os Rendimentos de Propriedade, as Transferências Correntes e as Outras receitas correntes obtiveram execuções superiores a 90% e da receita de capital, nomeadamente das Transferências de Capital, com uma taxa de execução superior a 94%.

Ainda no que respeita à execução orçamental, o Município de Góis apresenta, em 2021, uma taxa de execução da receita de 94,32%, uma taxa superior a 85%, ficando assim afastado do risco de serem acionados os mecanismos de alerta precoce, previsto no nº 3 do artigo 56º (Alerta precoce de desvios)[1] da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, com as devidas alterações.

Em 2021, o grau de pagamentos do orçamento da despesa foi de 74,28% (em que 83,21% respeitam à parte corrente e 47,97% à parte de capital), quando, em 2020, foi de 80,61% (em que 87,24% respeitam à parte corrente e 64,52% à parte de capital). Em 2021, se no caso da despesa corrente, a execução foi de cerca de 83%, sendo que quase todas as rubricas obtiveram uma execução superior a 70%, na despesa de capital a execução foi um pouco mais baixa, nomeadamente devido à baixa execução das Transferências de capital, mas também da Aquisição de bens de investimento.

Em suma, tanto na receita como na despesa, a execução global não foi superior derivado a uma menor realização da parte de capital.

No que concerne à evolução da receita cobrada e da despesa paga nos anos de 2020 e 2021, regista-se, uma evolução positiva para as cobranças, registando-se, por contrapartida, uma evolução negativa para os pagamentos.

[1] Artigo 56.º - Alerta precoce de desvios
1 - Sempre que, na informação trimestral reportada à DGAL, a dívida total prevista no artigo 52.º atinja ou ultrapasse a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, são informados os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais, bem como os presidentes dos órgãos executivo e deliberativo do município em causa, através do SIIAL, que informam os respetivos membros na primeira reunião ou sessão seguinte.
2 - Sempre que, na informação reportada à DGAL, a dívida total prevista no artigo 52.º atinja ou ultrapasse 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, são informadas, nos mesmos termos, as entidades referidas no número anterior, bem como o Banco de Portugal.
3 - No caso de o município registar durante dois anos consecutivos uma taxa de execução da receita prevista no orçamento respetivo inferior a 85 /prct. são informadas as entidades referidas no n.º 1.
4 - O alerta referido nos números anteriores é emitido pela DGAL, no prazo de 15 dias, a contar da data limite do reporte de informação constante do artigo 78.º.
5 - Os alertas referidos nos n.os 1 e 2 incluem ainda a evolução do rácio referido no n.º 1 ao longo dos três exercícios anteriores.

2.2 Receita:

2.2.1 Estrutura da Receita:

A receita orçamental ascendeu, em 2021, aos 8.856.358,45 €, sendo a sua execução correspondente a 94,32%.

Quadro nº 3- Execução do Orçamento da Receita

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO (ATUAL)	RECEITA COBRADA	DESVIO	ÍNDICE DE COBRANÇA (%)
RECEITA CORRENTE	**7.099.569,00**	**6.685.381,20**	**-414.187,80**	**94,17**
Impostos diretos	592.313,00	591.489,05	-823,95	99,86
Impostos Indiretos	50,00	0,00	-50,00	0,00
Taxas, multas e outras penalidades	39.849,00	27.892,57	-11.956,43	70,00
Rendimentos de propriedade	553.700,00	501.271,11	-52.428,89	90,53
Transferências correntes	5.700.302,00	5.421.907,80	-278.394,20	95,12
Vendas de bens e serviços correntes	142.655,00	39.168,35	-103.486,65	27,46
Outras receitas correntes	70.700,00	103.652,32	32.952,32	146,61
RECEITA DE CAPITAL	**1.270.382,00**	**1.153.985,36**	**-116.396,64**	**90,84**
Venda de bens de investimento	93.662,00	54.210,08	-39.451,92	57,88
Transferências de capital	1.168.020,00	1.099.775,28	-68.244,72	94,16
Ativos financeiros	7.500,00	0,00	-7.500,00	0,00
Passivos financeiros	200,00	0,00	-200,00	0,00
Outras receitas de capital	1.000,00	0,00	-1.000,00	0,00
OUTRAS RECEITAS	**1.019.417,68**	**1.016.991,89**	**-2.425,79**	**99,76**
Rep. não abatidas nos pagamentos	8.000,00	5.574,21	-2.425,79	69,68
Saldo da gerência anterior	1.011.417,68	1.011.417,68	0,00	100,00
TOTAL	**9.389.368,68**	**8.856.358,45**	**-533.010,23**	**94,32**

A receita corrente obteve um grau de execução de 94,17%. Constata-se pela análise do quadro anterior que, a grande parte dos grupos de receita corrente tiveram um índice de cobrança acima dos 90%. É ainda de referir que as Outras receitas correntes ultrapassaram a previsão corrigida, com 146,61% de índice de cobrança.

Pela análise mais cuidada da Demonstração de Execução Orçamental da Receita[2], constata-se que, no que diz respeito aos impostos diretos, estes apresentam uma taxa de execução de quase de 100%, em que o Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) teve uma cobrança superior ao previsto, com 102,77% de índice de cobrança, verificando-se que o Imposto municipal sobre imóveis (IMI) e o Imposto único de circulação (IUC) apresentam uma taxa de execução na ordem dos 99%.

As Taxas, Multas e Outras Penalidades registaram uma execução de 70,00%, nas quais as rubricas de Caça e pesca, Loteamentos e obras e Juros compensatórios, obtiveram uma execução de 101,84% e 98,17% e 97,26%, respetivamente.

Nos Rendimentos de Propriedade, com uma execução de 90,53%, não se verifica nenhuma rubrica que apresente uma cobrança superior à previsão, registando-se, no entanto, uma taxa de execução de 91,52% na rubrica Rendas e 98,49% na rubrica Participações nos lucros de administrações públicas.

As Transferências Correntes apresentam uma taxa de execução de 95,12%, sendo a rubrica referente a projetos financiados por fundos comunitários a que tem uma taxa de execução mais baixa, com 26,53%, tendo a rubrica referente às outras receitas do Estado, um índice de cobrança de 78,49%.

As Vendas de Bens e Serviços Correntes surgem com um grau de execução de 27,46%, nas quais se destacam as prestações de serviços relacionadas com cemitérios, serviços desportivos e transportes coletivos de pessoas e mercadorias, com cobranças superiores a 60%.

Já no que respeita à rubrica Outras Receitas Correntes, estas aparecem com uma taxa de execução de 146,61%, fortemente influenciada pela rubrica Outras, com um índice de cobrança de 217,30%.

A receita de capital registou 90,84% de execução, influenciada quase exclusivamente pela execução da rubrica Transferências de Capital, com 94,16% de índice de cobrança.

A rubrica Venda de Bens de Investimento, regista 57,88% de execução, sendo de destacar apenas a venda de Maquinaria e equipamento, de Habitações e de Edifícios, com uma execução de 107,54%, 93,84% e 73,99%, respetivamente.

Nas Transferências de Capital, que registaram 94,16% de execução, são de referir as execuções das Outras Transferências da Administração Central e da receita proveniente de Fundos Comunitários, com taxas de execução de 45,18% e 54,59%, respetivamente, em que a diferença entre o previsto e o efetivamente recebido é apresentado no quadro seguinte:

---

2 Ver em Documentos da Prestação de Contas

Quadro nº 4 – Transferências de Capital

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO (ATUAL)	RECEITA COBRADA	DESVIO
Transf. Capital - Outras Transferências da Administração Central	**44.265**	**20.000**	**24.265**
Fundo de Emergência Municipal - Danos provocados nas infraestruturas rodoviárias municipais na sequência de eventos meteorológicos excecionais verificados entre 4 e 5, 10 a 12 de janeiro de 2016 e entre 11 e 13 de fevereiro de 2016	6.245	0	6.245
Transferência de competências 2ª e 3º ciclo (manutenção e apetrechamento parque escolar)	20.000	20.000	0
Condomínio de Aldeias - Ádela	18.020	0	18.020
Transf. Capital - Participação Comunitária em Projetos Cofinanciados	**82.069**	**44.803**	**37.266**
Açude 2 - Corte Pisão	18.212	0	18.212
Apetrechamento do Centro Municipal de Proteção Civil	5.440	0	5.440
Plano Intermunicipal de Prevenção do Abandono Escolar e Promoção do Sucesso Educativo da Região de Coimbra	23.917	15.478	8.439
Contrato de Financiamento PDP – 3 – Gestão da Bacia do rio Ceira para adaptação às mudanças climáticas - EEA Grants	34.500	29.325	5.175

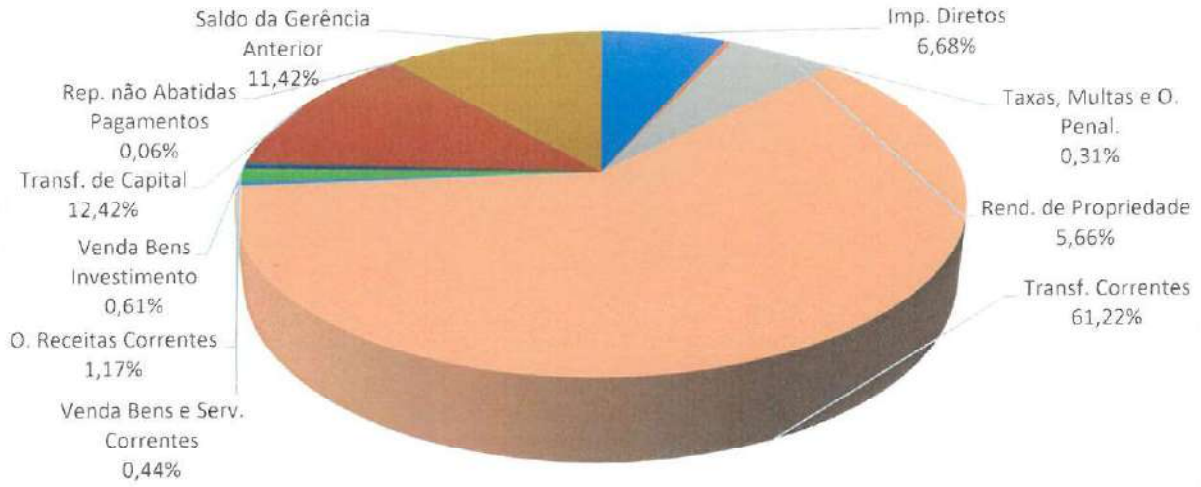
No que respeita aos Empréstimos Obtidos a médio e longo prazo, não se registou qualquer execução, porquanto no ano de 2021 não se procedeu à libertação de qualquer empréstimo.

Da análise aos desvios mais significativos entre o orçamento corrigido e a execução da receita, destacam-se, na parte corrente, a rubrica Transferências Correntes, onde se cobraram menos 278.394,20 € do que o previsto e as Outras receitas correntes, que tiveram um desvio positivo de 32.952,32 €. Na receita de capital verifica-se que a receita cobrada foi inferior à inicialmente prevista, com as Transferências de Capital e a Venda de bens de investimento a liderar, com um desvio negativo de 68.244,72 € e 39.451,92 €, respetivamente.

No que respeita às Transferências de Capital, o desvio existente deve-se maioritariamente ao recebimento abaixo do previsto dos Fundos Comunitários / Cofinanciamentos.

De referir, que conforme o gráfico apresentado, as transferências correntes e as transferências de capital assumem o maior peso no total da receita cobrada, representando 61,22% e 12,42%, respetivamente. Ainda com um peso bastante significativo destacam-se as receitas provenientes dos impostos diretos (6,68%) e dos rendimentos de propriedade (5,66%).

Gráfico nº 1 – Estrutura da Receita



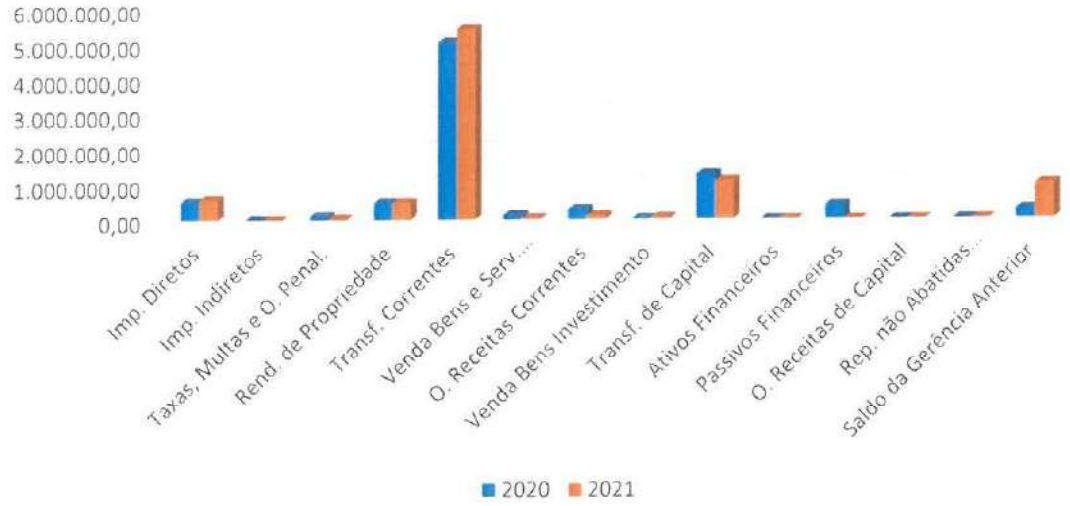
2.2.2 Evolução da receita – Anos 2020/2021:

A evolução da receita irá ser efetuada com base na comparação da cobrança dos anos de 2020 e 2021.

Quadro nº 5 – Evolução da receita

DESIGNAÇÃO	2020	2021	VAR 2020/2021 (VALOR)	VAR 2020/2021 (%)
RECEITA CORRENTE	**6.577.502,85**	**6.685.381,20**	**107.878,35**	**1,64%**
Impostos diretos	531.731,59	591.489,05	59.757,46	11,24%
Impostos Indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00%
Taxas, multas e outras penalidades	95.230,31	27.892,57	-67.337,74	-70,71%
Rendimentos de propriedade	496.323,98	501.271,11	4.947,13	1,00%
Transferências correntes	5.041.335,58	5.421.907,80	380.572,22	7,55%
Vendas de bens e serviços correntes	116.354,53	39.168,35	-77.186,18	-66,34%
Outras receitas correntes	296.526,86	103.652,32	-192.874,54	-65,04%
RECEITA DE CAPITAL	**1.724.406,62**	**1.153.985,36**	**-570.421,26**	**-33,08%**
Venda de bens de investimento	24.134,45	54.210,08	30.075,63	124,62%
Transferências de capital	1.284.481,51	1.099.775,28	-184.706,23	-14,38%
Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00%
Passivos financeiros	415.790,66	0,00	-415.790,66	-100,00%
Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00%
OUTRAS RECEITAS	**287.828,43**	**1.016.991,89**	**729.163,46**	**253,33%**
Rep. não abatidas nos pagamentos	3.040,82	5.574,21	2.533,39	83,31%
Saldo da gerência anterior	284.787,61	1.011.417,68	726.630,07	255,15%
TOTAL	**8.589.737,90**	**8.856.358,45**	**266.620,55**	**3,10%**

Gráfico nº 2 – Evolução da receita



As receitas correntes apresentam um acréscimo de 2020 para 2021 de 1,64 %, justificado nomeadamente com as rubricas Transferências correntes e os Impostos diretos, que contribuem com 380.5729,22 € e 59.757,46 €, respetivamente, para um aumento total registado nas receitas correntes de 107.878,35 €. No entanto verifica-se também de 2020 para 2021 uma diminuição nas rubricas "Outras receitas correntes" e "Vendas de bens e serviços correntes", num montante de -192.874,54 € e -77.186,18 €, respetivamente.

No que respeita à receita de capital, verifica-se que, no seu global, se regista um significativo decréscimo, de 2020 para 2021, de 33,08% (-570.421,26 €), sendo que a rubrica que apresenta um maior decréscimo é a relacionada com os Passivos financeiros, que tiveram uma diminuição de 415.790,66 €, uma vez que em 2020, houve a libertação dos restantes 250.000,00 € do empréstimo contratado por 500.000,00 €, destinado aos projetos "Implementação da praia fluvial de Alvares e manutenção de arruamentos" e ainda pelo recebimento do empréstimo, contratado junto do Fundo de Apoio Municipal, para o apoio à recuperação de habitações não permanentes danificadas pelos incêndios de 2017, no montante de 165.790,66 €, situação que não se verificou em 2021.

De referir que a o tipo de receita com maior preponderância no cômputo do total de receitas arrecadadas, por representar cerca de 66%, é a participação do Município de Góis nos impostos do Estado, que conforme quadro abaixo apresentado, assumem um valor, em 2021, de 5.858.947,29 €, registando um aumento de 8,02 %, num total de 435.086,98 €, quando comparado com o ano de 2020.

Quadro nº 6 – Participação do Município de Góis nos impostos do Estado

DESIGNAÇÃO	2020	2021	VAR 2020/2021 (VALOR)	VAR 2020/2021 (%)
Fundo de Equilíbrio Financeiro Corrente	4.311.227,00	4.645.747,00	334.520,00	7,76
Fundo Social Municipal	74.804,00	74.804,00	0,00	0,00
Participação no IRS	42.088,00	46.799,00	4.711,00	11,19
Participação no IVA - art. 26º-A da Lei nº 73/2013	68.131,31	61.061,29	-7.070,02	100,00
Fundo de Equilíbrio Financeiro de Capital	479.025,00	516.194,00	37.169,00	7,76
Artigo 35.º, n.º 3 da Lei 73/2013	448.585,00	514.342,00	65.757,00	14,66
	5.423.860,31	**5.858.947,29**	**435.086,98**	**8,02**

2.3 Despesa:

2.3.1 Estrutura da despesa:

A despesa orçamental ascendeu, em 2021, aos 6.974.710,22 €, obtendo uma execução do orçamento da despesa (analisada pelo pagamento) de 74,28%.

Quadro nº 7 – Despesa Orçamental

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO (ATUAL)	DESPESA PAGA	DESVIO	ÍNDICE DE COBRANÇA (%)
DESPESA CORRENTE	**7.010.528,40**	**5.833.496,89**	**-1.177.031,51**	**83,21**
Despesas com pessoal	3.461.350,00	3.248.021,98	-213.328,02	93,84
Aquisição de bens	635.150,00	403.970,05	-231.179,95	63,60
Aquisição de serviços	1.986.807,20	1.448.949,03	-537.858,17	72,93
Juros e outros encargos	19.000,00	13.746,62	-5.253,38	72,35
Transferências correntes	678.361,20	502.953,08	-175.408,12	74,14
Subsídios	78.000,00	74.582,90	-3.417,10	95,62
Outras despesas correntes	151.860,00	141.273,23	-10.586,77	93,03
DESPESA DE CAPITAL	**2.378.840,28**	**1.141.213,33**	**-1.237.626,95**	**47,97**
Aquisição de bens de capital	1.789.908,85	760.998,30	-1.028.910,55	42,52
Transferências de capital	315.131,43	143.702,10	-171.429,33	45,60
Ativos financeiros	150,00	0,00	-150,00	0,00
Passivos financeiros	273.550,00	236.512,93	-37.037,07	86,46
Outras despesas de capital	100,00	0,00	-100,00	0,00
TOTAL	**9.389.368,68**	**6.974.710,22**	**-2.414.658,46**	**74,28**

A despesa corrente obteve um grau de execução de 83,21%, sendo os capítulos de Subsídios, Despesas com Pessoal e Outras despesas correntes, os que apresentaram maior execução, com 95,62%, 93,84% e 93,03% de índice de pagamento, respetivamente.

Através de uma análise mais cuidada da Demonstração de Execução Orçamental da Despesa[3], constata-se que nas Despesas com Pessoal, os agrupamentos com maior execução são as Remunerações Certas e Permanentes, com 94,52% de execução e a despesa Segurança Social, com 93,72% de execução.

De referir que a rubrica Subsídios contempla apenas os fluxos financeiros não reembolsáveis efetuados à entidade APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S.A., no que respeita à aplicação do tarifário social a aplicar na prestação dos serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos (37.511,84 €) e no que respeita à aplicação do tarifário bonificado COVID (37.071,06 €).

A despesa de capital registou 47,97% de execução, sendo as rubricas com maior execução os Passivos Financeiros e as Transferências de capital, com um índice de pagamento de 86,46% e 45,60%, respetivamente, destacando-se também a Aquisição de bens de capital, com uma execução de 42,52%.

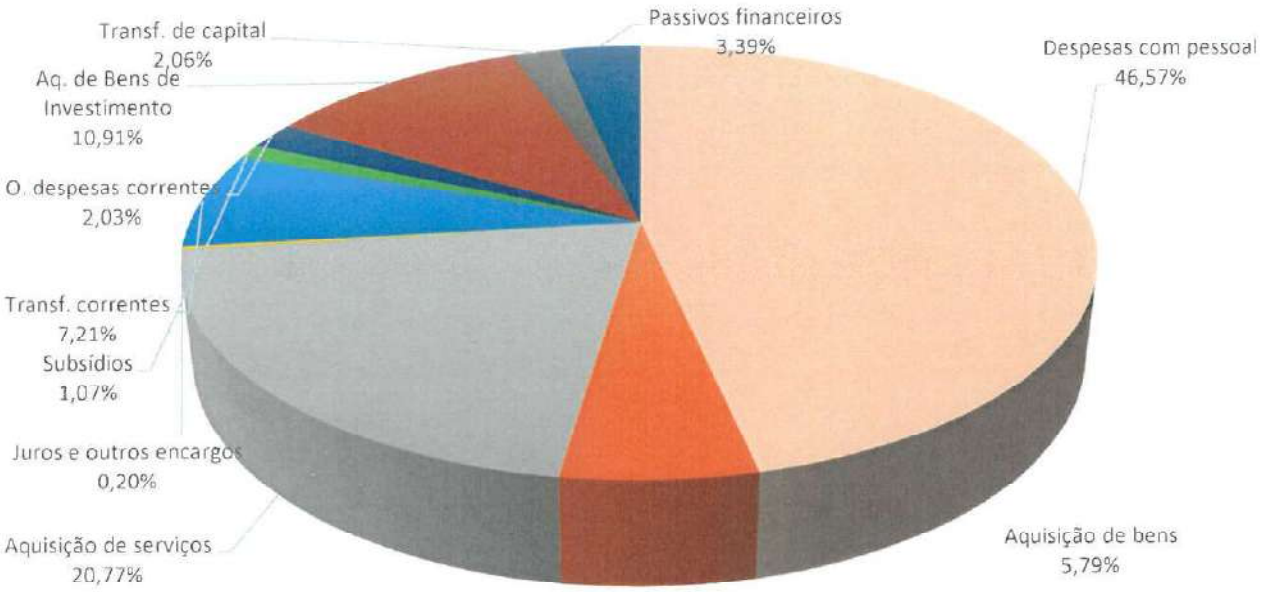
É de referir que, relativamente a esta matéria, será efetuada uma análise mais pormenorizada aquando da análise das Grandes Opções do Plano.

Pela análise do quadro anteriormente apresentado, o maior desvio na despesa corrente registou-se na Aquisição de serviços (-537.858,17 €) e na despesa de capital, nas despesas com Aquisição de bens de capital, com um desvio de -1.028.910,55€.

De referir, que conforme o gráfico apresentado, as despesas com pessoal e a aquisição de serviços assumem o maior peso no total da despesa paga, representando 46,57% e 20,77%, respetivamente. Ainda com um peso bastante significativo destacam-se as despesas relacionadas com aquisição de bens de capital (10,91%) e com transferências correntes (7,21%).

3 Ver em Documentos da Prestação de Contas

Gráfico nº 3 – Estrutura da Despesa



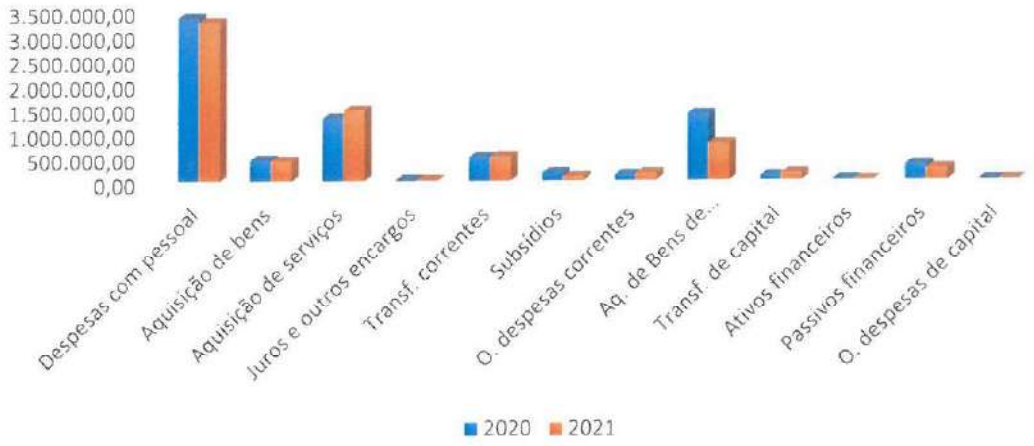
2.3.2 Evolução da despesa – Anos 2020/2021:

A evolução da despesa irá ser efetuada com base na comparação dos pagamentos dos anos de 2020 e 2021.

Quadro nº 8 – Evolução da despesa

DESIGNAÇÃO	2020	2021	VAR 2020/2021 (VALOR)	VAR 2020/2021 (%)
DESPESA CORRENTE	**5.808.104,27**	**5.833.496,89**	**25.392,62**	**0,44%**
Despesas com pessoal	3.335.174,79	3.248.021,98	-87.152,81	-2,61%
Aquisição de bens	429.259,23	403.970,05	-25.289,18	-5,89%
Aquisição de serviços	1.273.934,70	1.448.949,03	175.014,33	13,74%
Juros e outros encargos	17.108,30	13.746,62	-3.361,68	-19,65%
Transferências correntes	492.262,20	502.953,08	10.690,88	2,17%
Subsídios	150.293,10	74.582,90	-75.710,20	-50,38%
Outras despesas correntes	110.071,95	141.273,23	31.201,28	28,35%
DESPESA DE CAPITAL	**1.770.215,95**	**1.141.213,33**	**-629.002,62**	**-35,53%**
Aquisição de Bens de Investimento	1.361.433,25	760.998,30	-600.434,95	-44,10%
Transferências de capital	81.882,37	143.702,10	61.819,73	75,50%
Ativos financeiros	12.803,00	0,00	-12.803,00	-100,00%
Passivos financeiros	314.097,33	236.512,93	-77.584,40	-24,70%
Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00%
TOTAL	**7.578.320,22**	**6.974.710,22**	**-603.610,00**	**-7,96%**

Gráfico nº 4 – Evolução da despesa



A despesa corrente de 2020 para 2021 registou um incremento pouco significativo de 25.392,62 €, que representa 0,44%, constatando-se que das sete rubricas, apenas as rubricas Outras despesas correntes, Aquisição de serviços e Transferências correntes, sofreram aumentos, de cerca de 28,35%, 13,74% e 2,17%, respetivamente.

Numa análise mais pormenorizada, e relativamente às Despesas com Pessoal, comparando os anos de 2020 e 2021, verifica-se uma variação negativa de 2,61%.

A Aquisição de bens sofreu um decréscimo de 5,89%, em 2021, comparativamente a 2020, principalmente nas rubricas Material de transporte-Peças (de 50.527,26 € em 2020 para 25.493,13 € em 2021) e em Alimentação-Géneros para confecionar (de 21.122,97 € em 2020 para 9.747,74 € em 2021). É ainda de salientar que na Aquisição de Bens se registaram também aumentos, nomeadamente na rubrica Alimentação-Refeições confecionadas (+17.777,92 €).

A Aquisição de serviços registou um acréscimo de 13,74% (o correspondente a 175.014,33 €). As rubricas que mais aumentaram em valor, de 2020 para 2021, foram as correspondentes a Outros serviços (204.777,37 €) e Transportes (43.045,81 €), existindo, no entanto, uma diminuição de algumas rubricas, nomeadamente Estudos, pareceres, projetos e consultadoria (-45.133,31 €) e Encargos das instalações (-42.342,16 €)

No que respeita aos Juros e Outros Encargos, estes registaram uma diminuição de 3.361,68 € (-19,65%).

Relativamente às Transferências correntes, regista-se um acréscimo pouco significativo, de 10.690,88 € (2,17%), justificada principalmente pelo acréscimo das transferências concedidas a associações de municípios (+31.506,76 €).

Os subsídios apresentam um decréscimo de cerca de 50%, uma vez que em 2020, a aplicação do tarifário bonificado COVID nesse ano, teve um impacto financeiro no Município bastante mais avultado (de cerca de 120.000,00 €).

As outras despesas correntes apresentam em 2021, comparativamente ao ano anterior, um acréscimo de cerca 31.000 €, quase exclusivamente relacionada com a rubrica Iva pago (+22.272,88 €).

Quanto às despesas de capital, de 2020 para 2021 registou-se uma diminuição de 35,53% (-629.002,62 €), destacando-se a existência de algumas rubricas com decréscimos relevantes, nomeadamente as despesas relacionadas com a Aquisição de Bens de Investimentos (-600.434,95 €) e com Passivos financeiros (-77.584,40 €).

Os projetos que mais especificamente contribuíram para a execução verificada serão referenciados aquando da análise das Grandes Opções do Plano.

2.4 Grandes Opções do Plano:

As Grandes Opções do Plano apresentaram uma execução financeira de 43,39%, sendo que 42,52% correspondem ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e 47,55% às Atividades Mais Relevantes (AMR's).

O quadro seguinte sintetiza esta situação:

Quadro nº 9 – Execução das Grandes Opções do Plano (resumo)

DESIGNAÇÃO	MONTANTE CORRIGIDO	MONTANTE EXECUTADO	NÍVEL DE EXECUÇÃO (%)
Plano Plurianual de Investimentos	1.789.908,85	760.998,30	42,52
Atividades Mais Relevantes	375.131,43	178.392,10	47,55
TOTAL	2.165.040,28	939.390,40	43,39

Tendo como referência o quadro a seguir apresentado, constata-se que as funções com maior grau de execução são as Funções Gerais, com 75,50% de execução, seguido das Outras Funções, com 71,31%, das Funções Económicas, com 14,86% de execução e finalmente das Funções Sociais, com 14,72%. Ao

nível dos programas, os que obtiveram maior execução foram a Proteção civil e luta contra incêndios, seguido de Transferências entre administrações e finalmente da Administração geral, que obtiveram execuções acima dos 72% (87,22%, 80,98% e 72,75%, respetivamente).

Quadro nº 10 – Execução das Grandes Opções do Plano

DESIGNAÇÃO	MONTANTE PREVISTO	MONTANTE EXECUTADO	DESVIOS	NÍVEL DE EXECUÇÃO (%)
Funções gerais	**807.650,00**	**609.742,27**	**-197.907,73**	**75,50**
Administração geral	654.550,00	476.210,89	-178.339,11	72,75
Proteção civil e luta contra incêndios	153.100,00	133.531,38	-19.568,62	87,22
Funções sociais	**329.581,43**	**48.525,84**	**-281.055,59**	**14,72**
Ensino não superior	4.100,00	1.789,65	-2.310,35	43,65
Habitação	138.531,43	14.335,76	-124.195,67	10,35
Ordenamento do território	46.500,00	2.214,01	-44.285,99	4,76
Saneamento	50,00	0,00	-50,00	0,00
Abastecimento de água	50,00	0,00	-50,00	0,00
Proteção meio ambiente e cons natureza	300,00	0,00	-300,00	0,00
Cultura	5.300,00	0,00	-5.300,00	0,00
Desporto recreio e lazer	134.750,00	30.186,42	-104.563,58	22,40
Funções económicas	**800.308,85**	**118.894,84**	**-681.414,01**	**14,86**
Agricult., pecuária, silvicultura, caça e pesca	100,00	0,00	-100,00	0,00
Indústria e energia	13.600,00	4.794,42	-8.805,58	35,25
Transportes rodoviários	711.308,85	106.794,22	-604.514,63	15,01
Mercados e Feiras	15.000,00	0,00	-15.000,00	0,00
Turismo	60.300,00	7.306,20	-52.993,80	12,12
Outras funções	**227.500,00**	**162.227,45**	**-65.272,55**	**71,31**
Transferências entre administrações	157.500,00	127.537,45	-29.962,55	80,98
Diversas não especificadas	70.000,00	34.690,00	-35.310,00	49,56
TOTAL	**2.165.040,28**	**939.390,40**	**-1.225.649,88**	**43,39**

Relativamente aos desvios, é de registar que cerca de 83% se verificaram essencialmente em quatro programas: Administração geral, Habitação, Desporto recreio e lazer e Transportes rodoviários. Esta situação justifica-se pelo facto de existirem obras/serviços de valor avultado como é o caso da aquisição e de equipamento informático, o apoio à recuperação de habitações não permanentes danificadas pelos incêndios de 2017, a requalificação de praias fluviais, a requalificação de parques infantis, a beneficiação/manutenção e construção/ampliação de arruamentos e rede viárias diversas (nomeadamente a requalificação do largo da Cabreira, da Avenida Doutor Padre António Dinis e do arruamento de acesso ao Parque Municipal), bem como as intervenções no âmbito do Orçamento Participativo Geral e do Orçamento Participativo Jovem, que não obtiveram execução ou que tiveram execução abaixo do previsto. No entanto, esta análise será efetuada mais pormenorizadamente na análise programa a programa das GOP's.

Seguidamente irá ser efetuada uma análise mais pormenorizada por programas das Grandes Opções do Plano:

- Administração Geral

Este programa, que abrange os órgãos e os serviços gerais da autarquia, apresenta uma taxa de execução física de 72,75% e é o programa mais representativo das GOP's, com uma representação de cerca de 50% do total das GOP's. Em 2021, é de referir com maior ênfase a aquisição de imóveis municipais, nomeadamente no que respeita à reversão da titularidade dos prédios urbanos sitos na Quinta do Baião, no âmbito de contrato de transação judicial, celebrado com a ADIBER – Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra, pelo montante de 250.000,00 €, conforme deliberação da Câmara Municipal de 09.12.2020.

É de referir também a conclusão do projeto "Parque Municipal" no que diz respeito à aquisição de equipamento para o seu apetrechamento, nomeadamente a aquisição de um compressor, de equipamento industrial e mobiliário administrativo e do sistema de alarme.

No entanto, é de destacar também a execução na rubrica de aquisição e manutenção de equipamento básico, onde se pode referenciar a aquisição de equipamento hoteleiro e imobiliário para o bar/restaurante de apoio ao complexo desportivo de ténis, a aquisição de equipamento desportivo para o pavilhão gimnodesportivo e a aquisição/reparação de diversos equipamentos de climatização do edifício Paços do Concelho, Casa da Cultura de Góis e bar/restaurante de apoio à Praia Fluvial de Alvares e ainda a aquisição de software, como o licenciamento ilimitado da base de dados das *softwarehouse* AIRC.

O investimento neste programa, em 2021, cresceu cerca de 64% comparativamente a 2020.

- Proteção Civil e Luta Contra Incêndios

Este programa é o segundo com maior representatividade, registando uma execução de 87,22% e caracteriza-se principalmente pela abertura e limpeza de estradas e aceiros, com um montante de cerca de 115.000,00 €, sendo de destacar também a execução do projeto "Conservação da Natureza e da Biodiversidade - Condomínio de Aldeias – Ádela", projeto financiado a 100% pelo Fundo Ambiental, no âmbito do "Programa de apoio às aldeias localizadas em territórios de floresta".

Em relação a 2021, e comparativamente a 2020, este programa teve um decréscimo de cerca de 67%, devido ao pagamento, nesse último ano, de cerca de 75% dos serviços relacionados com o projeto "Estabilização de emergência pós-incêndios".

- Ensino Não Superior

O ensino não superior registou uma taxa de execução de 43,65%. Em 2021 destacam-se apenas as intervenções nos vários jardins de infância e escolas do Concelho.

Nas previsões iniciais de 2021, estava contemplada a execução do projeto "Escola Básica nº1/Pré-escolar de Vila Nova do Ceira - Requalificação e ampliação", sendo este um projeto alvo de candidatura a fundos comunitários, incluído no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, que não se veio a concretizar.

Comparativamente com 2020, este programa sofreu uma diminuição de cerca de 50%.

- Habitação

A execução deste programa é de 10,35%, influenciado apenas pela execução do projeto "Apoio à recuperação de habitações não permanentes danificadas pelos incêndios de 2017", para fazer face aos apoios a conceder às pessoas singulares ou aos agregados familiares cujas habitações não permanentes foram danificadas ou destruídas pelos incêndios de grandes dimensões ocorridas no Concelho de Góis em junho e outubro de 2017 e que apresentarem candidaturas no âmbito do Regulamento Municipal em vigor sobre a matéria, projeto totalmente financiado pelo empréstimo contratado, para o efeito, junto do Fundo de Apoio Municipal.

Nas previsões iniciais de 2021, estava ainda contemplado o loteamento de parte da Quinta do Baião para criação de lotes, destinados a serem alienados com a exclusiva finalidade de construção de habitações, que não se veio a materializar.

Comparativamente com 2020, este programa sofreu uma diminuição de cerca de 50%.

- Ordenamento do Território

A execução deste programa é de apenas 4,76%, influenciado pelo pagamento final do projeto relativo à conceção da solução arquitetónica para a construção de bar/restaurante, arranjos exteriores, ponte pedonal e apoios para a Praia Fluvial de Alvares, onde se previa também a conclusão da execução da revisão do Plano Diretor Municipal, que não foi executado.

Comparativamente com o ano anterior, este programa tem uma diminuição de cerca de 88%.

- Proteção meio ambiente e conservação da natureza

Este programa apresenta uma execução nula, e compreendia, nas suas previsões iniciais, exclusivamente o projeto financiado "Ciclovia Urbana de Góis a Vila Nova do Ceira", no âmbito do Plano

de Ação para a Mobilidade Urbana e Sustentável na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra – PAMUS.

- Cultura

Este programa apresenta uma execução nula, e compreendia inicialmente, na sua maioria, a intervenção a realizar na "Casa-Museu "Alice Sande", no âmbito do financiamento por parte do Turismo de Portugal, no acesso à Linha de Apoio à Valorização Turística do Interior.

- Desporto, Recreio e Lazer

A execução deste programa foi de 22,40%, sendo de salientar a conclusão das intervenções relacionadas com a construção de bar/restaurante, arranjos exteriores, ponte pedonal e apoios de Praia Fluvial em Alvares e com a Praia Fluvial em Ponte do Sótão - arruamento de acesso, passadiço, edifício de apoio e arranjos exteriores e ainda a realização de diversas intervenções de beneficiação/reparação nas diversas praias fluviais.

De referir que este programa contemplava ainda a execução dos projetos mais votados no âmbito do Orçamento Participativo Geral de 2020 e 2021, a "Piscina para Crianças - Praia Fluvial das Canaveias" e a "Área Serviço Autocaravanas e Parque de Pernoita", respetivamente.

Comparativamente com o ano de 2020, este programa registou um decréscimo de cerca de 93%.

- Indústria e Energia

Relativamente a este programa, que alcançou uma taxa de execução de 35,25%, destaca-se a participação na ampliação da rede pública de energia no Concelho, a manutenção e modernização dos parques industriais e ainda a reversão da venda do Lote n.º7, na zona industrial das Cortes, conforme deliberação do Executivo Municipal de 15.01.2021.

Comparativamente com o ano de 2020, o presente programa teve um decréscimo de cerca de 70%.

- Transportes Rodoviários

Este programa foi o que registou um maior desvio entre o previsto e o executado de cerca de 605.000,00 €, com uma taxa de execução de apenas 15,01%, sendo, no entanto, o quarto programa com maior representativa no total das GOP's, onde se destaca beneficiação/manutenção e construção/ampliação de arruamentos no concelho, nomeadamente a construção de muro de suporte de terras em Alegria – rua das Barreiras Vermelhas e a construção de muro em Pontão do Seladinho.

É de referir ainda a beneficiação/manutenção e construção/ampliação de rede viária no concelho, nomeadamente a construção de muro de suporte de terras à entrada da aldeia de Corterredor e ainda o pagamento da revisão de preços da empreitada "Requalificação da Praça da República e ruas envolventes".

De referir, porém, que havia a intenção de realizar outras intervenções em termos de beneficiação e manutenção de arruamentos e de rede viária, que não se vieram a executar, como por exemplo, a construção do arruamento de acesso ao Parque Municipal, que tem associado o financiamento de cerca de 100.000 € proveniente da contratação de um empréstimo a médio e longo prazos para o efeito, bem como a requalificação do largo da Cabreira, a intervenção na Avenida Doutor Padre António Dinis, a construção da rotunda na entrada norte da vila de Góis e do Parque da Vila, que se traduz na construção das infraestruturas no parque do Baião e por fim, a continuação do projeto "Praça da República e ruas envolventes", nomeadamente na a intervenção na rua do Terreirinho, incluída no Plano de Ação para Regeneração Urbana (PARU) e sujeita a financiamento comunitário.

Tendo em consideração o ano de 2020, a execução de 2021 sofreu um decréscimo, de apenas cerca de 1%.

- Turismo

A execução deste programa no ano de 2021 foi de cerca de 12% e destaca-se apenas o projeto "Promover Góis e as suas freguesias com a marca "Estou em Góis", projeto mais votado no âmbito do Orçamento Participativo Jovem de 2020, ficando ainda por executar o projeto "Mupi Digital - Dar a conhecer o Concelho de Góis", projeto mais votado no âmbito do Orçamento Participativo Jovem de 2021.

Comparativamente com o ano de 2020, o presente programa teve um incremento de cerca de 1.300%.

- Transferências entre administrações

A execução deste programa no ano de 2021 foi de cerca de 81% e é o terceiro programa com maior representatividade no total das GOP's.

Neste programa está patente a continuidade, em 2021, da aposta do executivo no apoio às juntas de freguesias, que se traduziu na transferência de verbas, que ascenderam, no total, a 92.828,96 €, nomeadamente com a comparticipação dos projetos "Passadiços do Cerro da Candosa", na freguesia de Vila Nova do Ceira, com 37.828,96 €" e "Restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos

e abióticos ou acontecimentos catastróficos", com 10.000,00 € na freguesia de Vila Nova do Ceira e 20.000,00 € na união de freguesias de Cadafaz e Colmeal.

Este programa abrange também as comparticipações financeiras relacionadas com projetos, em que a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra é entidade líder e os municípios são copromotores, nomeadamente os projetos "Unidades Móveis de Saúde na Região de Coimbra", "Sistema Integrado de Videovigilância para a Prevenção de Incêndios Florestais nas CIM Viseu Dão Lafões e da Região de Coimbra", "Gestão da Bacia do rio Ceira - Programa EEA Grants" e "CadaSTRu-Cadastro Simplificado do Território Rústico".

Comparativamente com o ano de 2020, o presente programa teve um acréscimo de cerca de 300%.

- Diversas não especificadas

Este programa apresenta uma taxa de execução de cerca de 50%, que se deve exclusivamente ao Programa de recuperação e incentivo às famílias, instituições e economia de Góis "Góis é solidário", criado para fazer face aos constrangimentos causados pela pandemia da covid-19 nas atividades económicas, sociais, culturais e desportivas, bem como ás famílias, traduzindo-se, em 2021, num apoio a empresas num total de 18.620,00 e a Instituições sem fins lucrativos, de 16.070,00 €.

O grau de execução das GOP´s atingiu cerca de 49,56%, mais de cerca de 170% que no ano transato.

Para este grau de execução contribuíram a generalidade dos programas, no entanto, destacam-se os diversos investimentos de relacionados com a aquisição dos prédios urbanos sitos na Quinta do Baião, com aquisição de equipamento para o apetrechamento do Parque Municipal, com a construção de muro de suporte de terras em Alegria – rua das Barreiras Vermelhas, com a construção de muro em Pontão do Seladinho, com a construção de muro de suporte de terras à entrada da aldeia de Corterredor e ainda o Programa de recuperação e incentivo às famílias, instituições e economia de Góis - Góis é solidário.

O Município de Góis é um Município do interior cuja receita é maioritariamente proveniente de transferências da Administração Central, dos fundos comunitários e eventualmente do recurso ao crédito, portanto dependente de fontes de financiamento externas. Conforme se pode verificar no quadro abaixo apresentado, no ano de 2021 o montante de receita de capital, designadamente no que respeita às transferências do Orçamento de Estado e de Fundos Comunitários apresentou um decréscimo de cerca de 14%, comparativamente ao ano anterior, situação que só é possível ultrapassar caso o Município utilize receita corrente para cobrir despesa de capital.

Quadro nº 11 – Fundos do OE e Comunitários

DESIGNAÇÃO	2020	2021	VAR 2020/2021 (VALOR)	VAR 2020/2021 (%)
Transferências do Estado - Capital	927.610,00	1.030.536,00	102.926,00	11,10
Fundos Comunitários / Cofinanciamentos	396.434,65	111.086,93	-285.347,72	-71,98
TOTAL	**1.324.044,65**	**1.141.622,93**	**-182.421,72**	**-13,78**

Com o cenário apresentado de grande dependência de fundos exteriores, é necessário levar a efeito uma gestão não só eficaz, mas também eficiente do dispêndio dos dinheiros públicos e, acima de tudo, definir prioridades. Existe um cômputo de projetos "em carteira" que o Executivo Municipal pretende levar a efeito por serem considerados estruturantes para o desenvolvimento do Concelho, aos quais devem ser determinadas prioridades e definido qual o faseamento plurianual dos mesmos, de maneira a que o Município continue a cumprir com todas as disposições legais relativamente a limites da dívida e a manutenção de pagamentos em atraso nulos. Importa ainda ressalvar a aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, com as devidas alterações), que muitos constrangimentos têm trazido à gestão municipal ao longo dos anos e que condiciona bastante a realização de diversos investimentos.

2.5 Indicadores orçamentais:

No quadro abaixo são apresentados alguns indicadores orçamentais explanados de acordo com Modelo Único de Prestação de Contas das Entidades Públicas, publicado em maio de 2018 pela Unidade de Implementação da Lei de Enquadramento Orçamental (UNILEO):

Quadro nº 12 – Indicadores Orçamentais

Indicador	Fórmula de cálculo	Ano 2020	Previsional Ano 2021	Ano 2021	Variação 2020/2021	Variação previsional 2021/2021
Grau de Execução Orçamental da receita (%)	Receita cobrada líquida /Previsões corrigidas	91,36%	100,00%	94,32%	3,24%	-5,68%
Grau de Execução Orçamental da despesa (%)	Despesa paga líquida / Dotações corrigidas	80,61%	100,00%	74,28%	-7,85%	-25,72%
Indicador de estrutura da receita efetiva	Receita cobrada efetiva / Total receita cobrada efetiva	0,95	1,00	1,00	5,27%	0,09%
Indicador de estrutura da despesa efetiva	Despesa paga efetiva / Total despesa paga efetiva	0,96	1,06	0,76	-20,49%	-28,31%
Saldo Corrente	Receita corrente - Despesa corrente	769 398,58	89 040,60	851 884,31	10,72%	856,74%
Saldo de Capital	Receita de capital - Despesa de capital	-131 658,84	-834 458,28	254 859,17	80,57%	130,54%
Saldo Primário	Receita efetiva - Despesa efetiva + Juros e outros encargos	654 848,04	-726 417,68	1 120 490,10	71,11%	254,25%
Saldo Global	Receita efetiva - Despesa efetiva	637 739,74	-745 417,68	1 106 743,48	73,54%	248,47%
Grau de Realização das Liquidações	Recebimentos / Liquidações	0,94	1,00	0,95	1,39%	-5,10%
Grau de Execução das Obrigações	Pagamentos / Obrigações	0,98	1,00	0,99	1,06%	-0,71%
Peso das receitas próprias sobre a receita total (%)	Receitas próprias / Total receita cobrada efetiva	18,82%	17,93%	16,87%	-10,39%	-5,91%
Peso das transferências obtidas e empréstimos na receita total (%)	(Transferências obtidas + Empréstimos) / Total receita cobrada efetiva	81,18%	81,98%	83,13%	2,41%	1,40%

A análise dos resultados efetuados permite observar o seguinte:

- Relativamente ao grau de execução orçamental da receita e ao grau de execução orçamental da despesa, verifica-se que tanto em 2020, como em 2021, a receita é inferior à previsão e a despesa paga líquida é inferior à dotação, sendo que no primeiro indicador há uma melhoria de 2020 para 2021, enquanto que no segundo indicador, o sentido é inverso.

- Tendo em conta a análise dos indicadores da estrutura da receita efetiva e estrutura da despesa efetiva, verifica-se que o primeiro indicador aumenta em 2021, face a 2020, enquanto que no segundo indicador, acontece o inverso.

- O saldo corrente, o saldo de capital, o saldo primário e o saldo global apresentam um incremento bastante significativo, de 2020 para 2021, o que significa que a receita (expurgando o Saldo da gerência anterior) diminuiu em menor proporção que a despesa.

- Em 2021, o grau de realização das liquidações melhorou ligeiramente, quando comparado com o ano anterior, bem como o grau de execução das obrigações, que se situa perto dos 100%.

- O peso das receitas próprias no total da receita, em 2021, diminuiu relativamente ao ano anterior (-10%), representando agora um valor inferior a 17%.

- Quanto às transferências obtidas (correntes e de capital) se adicionar a receita proveniente de empréstimos, verifica-se um aumento no último período em análise (de 81,18% em 2020 para 83,13% em 2021) no peso da receita total. Esta situação traduz uma menor autonomia ao nível de disponibilidades do Município, ou seja, uma maior dependência de receitas provenientes do exterior.

2.6 Cumprimento da Regra do Equilíbrio Orçamental:

De acordo com o disposto no nº2 do artigo 40º (Equilíbrio Orçamental) da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais - RFALEI), com as devidas alterações, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

De referir, que com a publicação do Decreto-Lei nº 6-D/2021, de 15 de janeiro, que procede à 3ª alteração da Lei nº 6/2020, de 10 de abril, está suspensa a aplicação do nº 2 do artigo 40º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, até 31.12.2021, pelo que não verifica a obrigatoriedade de cumprir a regra do equilíbrio orçamental. No entanto, considera-se pertinente continuar a apresentar o seu cálculo e o respetivo cumprimento.

Após realizado o cálculo das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo para 2021 de acordo com as indicações legais, verifica-se que estas ascendem aos 272.081,73 €, conforme se verifica no quadro seguinte:

Quadro nº 13 – Amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo

EMPRÉSTIMO		ANO	PRAZO CONT.	ANOS DECOR.	ANOS REMAN.	MONTANTE CONTRATADO	MONTANTE UTILIZADO	MONTANTE EM DÍVIDA	MÉDIA AMORTIZAÇÃO
CGD	9015/006339/291	2009	12	4	8	750.000,00	750.000,00	580.642,97	72.580,37
	9015/006909/991	2011	12	2	10	497.690,00	497.690,00	455.098,92	45.509,89
SANTANDER	0032.00490370780	2015	12	4	8	500.000,00	500.000,00	500.000,00	41.666,67
BPI	3612758830002	2018	12	3	12	450.000,00	450.000,00	450.000,00	37.500,00
	3612758830003	2018	12	2	10	500.000,00	250.000,00	476.190,40	20.833,33
		2019	12	1	11		250.000,00		20.833,33
FAM	0012E0000002019.04	2019	5	1	4	165.790,66	165.790,66	0,00	33.158,13
									272.081,73

Sendo os valores da despesa corrente a considerar, os valores pagos, o Município de Góis cumpre a regra de equilíbrio orçamental no ano de 2021, com uma margem de 603.073,67 €, conforme se pode comprovar pelos cálculos apresentados de seguida:

Quadro nº 14 – Cumprimento da regra de equilíbrio orçamental

	VALOR	TOTAL
1. Receita corrente bruta cobrada	6.708.652,29	6.708.652,29
2. Despesa corrente paga	5.833.496,89	6.105.578,62
3. Amortizações médias de empréstimos	272.081,73	
4. Margem (1.)-(2.)-(3.)	**603.073,67**	

3. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

3.1 Disposições iniciais:

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos seus, para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões. As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base do acréscimo, à semelhança do que já acontecia no normativo anterior (POCAL), de acordo com a estrutura concetual e as normas de contabilidade publica do sistema de normalização contabilística para as administrações publicas (SNC-AP).

No presente Relatório é apresentada uma análise relativamente à situação económica e financeira do Município recorrendo à comparação dos dados dos anos de 2020 e 2021.

3.2 Balanço:

Os quadros seguintes apresentam a evolução da estrutura do balanço nos anos de 2020 e 2021, demonstrando a situação financeira e patrimonial do Município:

Quadro nº 15 – Balanço - Ativo

RUBRICAS	2020	2021	VAR 2020/2021 (VALOR)	VAR 2020/2021 (%)
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	27.880.289,43	27.330.471,32	-549.818,11	-1,97%
Propriedades de investimento	484.085,11	476.206,01	-7.879,10	-1,63%
Ativos intangíveis	34.809,37	27.424,35	-7.385,02	-21,22%
Ativos biológicos				
Participações financeiras	404.783,08	405.216,23	433,15	0,11%
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis				
Acionistas/sócios/associados				
Diferimentos				
Outros ativos financeiros				
Ativos por impostos diferidos				
Clientes, contribuintes e utentes				
Outras contas a receber				
	28.803.966,99	28.239.317,91	-564.649,08	-1,96%
Ativo corrente				
Inventários	104.090,87	78.809,89	-25.280,98	-24,29%
Ativos biológicos				
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	601.178,45	181.362,62	-419.815,83	-69,83%
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis				
Clientes, contribuintes e utentes	54.452,89	8.034,29	-46.418,60	-85,25%
Estado e outros entes públicos	26.444,02	43.827,13	17.383,11	65,74%
Acionistas/sócios/associados				
Outras contas a receber	1.039.992,92	1.117.165,80	77.172,88	7,42%
Diferimentos	15.782,33	16.228,95	446,62	2,83%
Ativos financeiros detidos para negociação				
Outros ativos financeiros				
Ativos não correntes detidos para venda				
Caixa e depósitos	1.598.641,28	2.466.682,70	868.041,42	54,30%
	3.440.582,76	3.912.111,38	471.528,62	13,70%
Total do Ativo	**32.244.549,75**	**32.151.429,29**	**-93.120,46**	**-0,29%**

Quadro nº 16 – Balanço – Património líquido e Passivo

RUBRICAS	2020	2021	VAR 2020/2021 (VALOR)	VAR 2020/2021 (%)
PATRIMÓNIO LÍQUIDO				
Património/Capital	7.903.205,54	7.903.205,54	0,00	0,00%
Ações (quotas) próprias				
Outros instrumentos de capital próprio				
Prémios de emissão				
Reservas	543.652,42	543.652,42	0,00	0,00%
Resultados transitados	10.364.755,73	9.653.738,37	-711.017,36	-6,86%
Ajustamentos em ativos financeiros				
Excedentes de revalorização				
Outras variações no Património Líquido	7.097.969,01	8.058.392,36	960.423,35	13,53%
Resultado líquido do período	-293.849,56	-85.388,27	208.461,29	70,94%
Dividendos antecipados				
Interesses que não controlam				
Total do Património Líquido	25.615.733,14	26.073.600,42	457.867,28	1,79%
PASSIVO				
Passivo não corrente				
Provisões	701.366,47	716.866,47	15.500,00	2,21%
Financiamentos obtidos	1.281.932,69	1.085.013,39	-196.919,30	-15,36%
Fornecedores de investimentos				
Responsabilidades por benefícios pós-emprego				
Diferimentos				
Passivos por impostos diferidos				
Fornecedores				
Outras contas a pagar				
	1.983.299,16	1.801.879,86	-181.419,30	-9,15%
Passivo corrente				
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos				
Fornecedores	130.650,71	28.150,21	-102.500,50	-78,45%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes				
Estado e outros entes públicos	727,78	22,48	-705,30	-96,91%
Acionistas/sócios/associados				
Financiamentos obtidos	292.385,59	230.070,35	-62.315,24	-21,31%
Fornecedores de investimentos	22.310,58	21.030,15	-1.280,43	-5,74%
Outras contas a pagar	1.084.756,08	1.104.390,27	19.634,19	1,81%
Diferimentos	3.114.686,71	2.892.285,55	-222.401,16	-7,14%
Passivos financeiros detidos para negociação				
Outros passivos financeiros				
	4.645.517,45	4.275.949,01	-369.568,44	-7,96%
Total do Passivo	**6.628.816,61**	**6.077.828,87**	**-550.987,74**	**-8,31%**
Total do Património Líquido e Passivo	**32.244.549,75**	**32.151.429,29**	**-93.120,46**	**-0,29%**

Relativamente ao Ativo e Património Líquido mais Passivo, comparando 2020 com 2021, verifica-se um decréscimo de 0,29% (93.120,46 €).

Analisando a evolução do Ativo no período em análise, destaca-se uma diminuição de 2020 para 2021, justificado principalmente pela rubrica Ativos Fixos tangíveis, com um decréscimo de cerca de 2%,

correspondente a -549.818,11 €, relativo aos investimentos que transitaram de investimentos em curso para ativos fixos tangíveis de obras de valor bastante avultado como é o caso da construção do Parque Municipal, da Praça da República e ruas envolventes, da Praia fluvial da Ponde Sótão e de diversos investimentos em arruamentos e rede viária no concelho, mas que implicam o início das respetivas depreciações e, por conseguinte, numa diminuição do seu valor líquido, bem como pela alienação de 2 viaturas à APIN, E.I.M., S.A. e de um imóvel, em hasta pública, sito em Amioso Senhor. No entanto, destaca-se positivamente a rubrica enquadrada no ativo corrente Caixa e depósitos, com um aumento de 54,30% (+868.041,42 €).

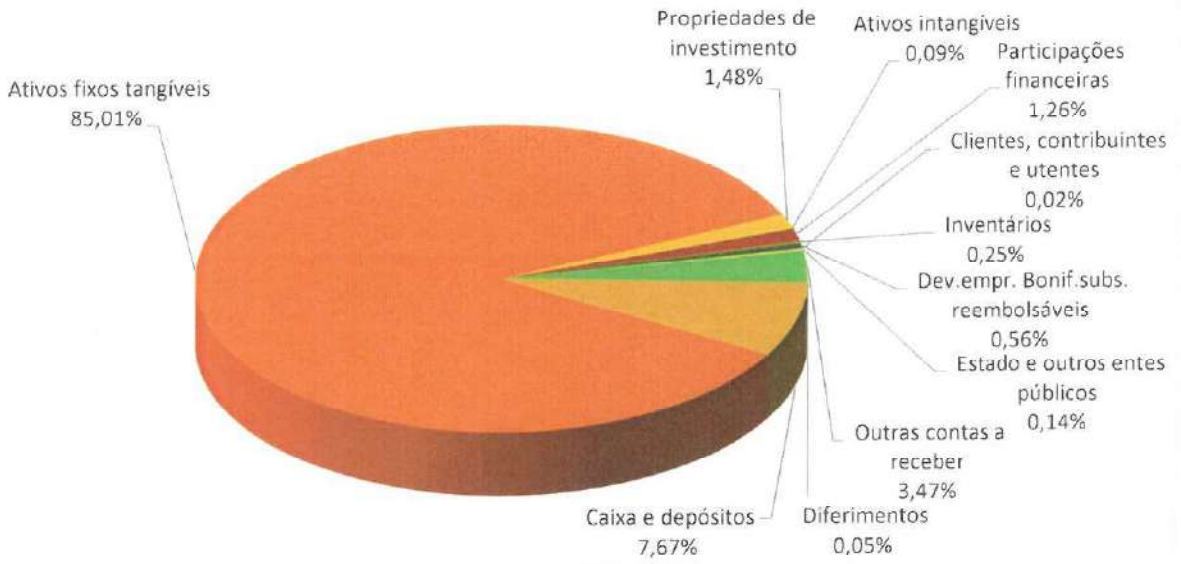
Relativamente à categoria denominada Património Líquido, constata-se que de 2020 para 2021, se registou um crescimento de quase 2%, o equivalente a 457.867,28 €, sendo a rubrica Outras variações no Património Líquido, a representante do maior aumento, comparativamente a 2020, com um incremento, de 960.423,35 €, que, conforme indicado na análise ao ativo não corrente, resulta da transferência de subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis da conta 28 – Diferimentos, do Passivo para a conta 593 – Transferências e subsídios de capital, do Património líquido, após cumprimento das condições de atribuição dos mesmos (diretamente interligada com o registo em ativo fixos tangíveis dos bens de investimento associados) e ainda com o recebimento de outras transferências e subsídios de capital, nomeadamente as transferências para investimentos, mas não consignadas.

No Passivo, de 2020 para 2021, com um decréscimo de 8,31% (-550.987,74 €), a maior variação regista-se nos diferimentos, com uma diminuição de cerca de 222.000,00 €, principalmente justificado pelo registo da transferência de subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis, conforme já referido anteriormente. Verifica-se, ainda uma diminuição das rubricas relacionadas com a dívida a fornecedores e fornecedores de investimentos, com uma variação negativa total de cerca de 104.000,00 €.

Em 2021 a estrutura do Balanço é a seguinte:

- Ativo

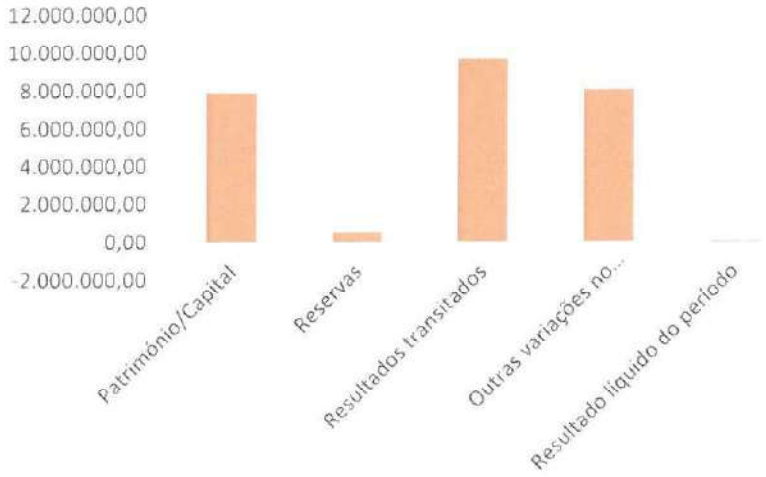
Gráfico nº 5 – Estrutura do Ativo



No total do Ativo verifica-se que a conta com maior peso é a dos Ativos fixos tangíveis, com 85,01%, seguida de Caixa e bancos, com 7,67% e das Outras contas a receber, com 3,47%. A primeira conta respeita à componente de ativo não corrente, que representa cerca de 88% do total do Ativo.

- Património Líquido

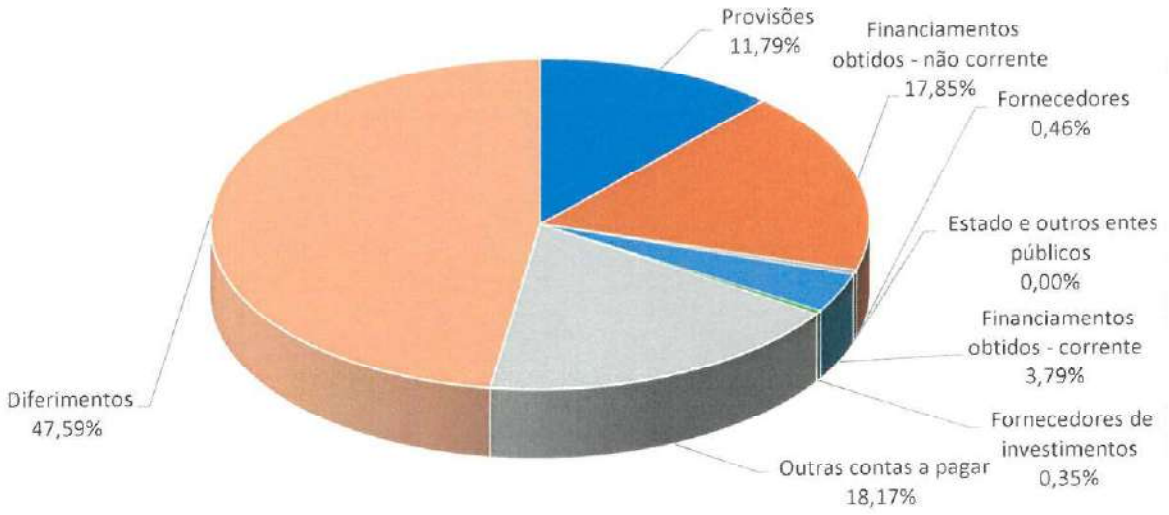
Gráfico nº 6 – Estrutura do Património Líquido



A estrutura do Património Líquido consiste principalmente nos Resultados Transitados, de 9.653.738,37 € e nas Outras variações no Património Líquido, no valor de 8.058.392,36 €, seguidos do Património/Capital, das Rservas e por fim, do Resultado líquido do periodo.

- Passivo

Gráfico nº 7 – Estrutura do Passivo



A análise da estrutura do Passivo permite-nos verificar a elevada relevância que assume, para o Município, os Diferimentos (que incorpora rendimentos a reconhecer relativos a transferências e subsídios de capital obtidos com condições), que representam aproximadamente 48% do total do Passivo.

As dívidas a médio e longo prazos (passivo não corrente), que inclui apenas a dívida exigível a médio e longo prazos, ou seja, dívida com prazo de exigibilidade superior a 1 ano, que diz respeito apenas a Dívidas a Instituições de Crédito (1.085.013,39 €), representam um significativo peso no passivo da autarquia (17,85%).

Quanto às dívidas a terceiros a curto prazo (passivo corrente), que incluem também dívidas a terceiros a médio e longo prazo, com exigibilidade de curto prazo (inferior a 1 ano), as mesmas representam, no seu computo, cerca de 23%.

3.3 Demonstração de Resultados:

A demonstração de resultados é um mapa que pretende complementar o balanço indicando a natureza dos diversos gastos e rendimentos, com apresentação dos resultados antes de depreciações e gastos de financiamento, do resultado operacional (antes de gastos de financiamento) e do resultado líquido do período.

Seguidamente irá ser apresentado um quadro síntese da demonstração de resultados dos anos de 2020 e 2021 e a sua evolução:

Quadro nº 17 – Demonstração de Resultados

RUBRICAS	2020	2021	VAR 2020/2021 (VALOR)	VAR 2020/2021 (%)
Rendimentos operacionais	7.649.845,11	7.215.838,17	-434.006,94	-5,67%
Gastos operacionais	6.827.953,00	6.140.551,49	-687.401,51	-10,07%
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	821.892,11	1.075.286,68	253.394,57	30,83%
Depreciações	1.098.351,22	1.148.000,81	49.649,59	4,52%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	-276.459,11	-72.714,13	203.744,98	73,70%
Rendimentos de financiamento	0,00	0,00	0,00	0,00%
Gastos de financiamento	17.390,45	12.674,14	-4.716,31	-27,12%
Resultado líquido do período	-293.849,56	-85.388,27	208.461,29	70,94%

No que respeita aos Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento, no ano de 2021, face ao ano de 2020, verifica-se que sofreram um aumento significativo (253.394,57 €), o que se deveu a uma diminuição dos gastos em maior proporção à diminuição dos rendimentos.

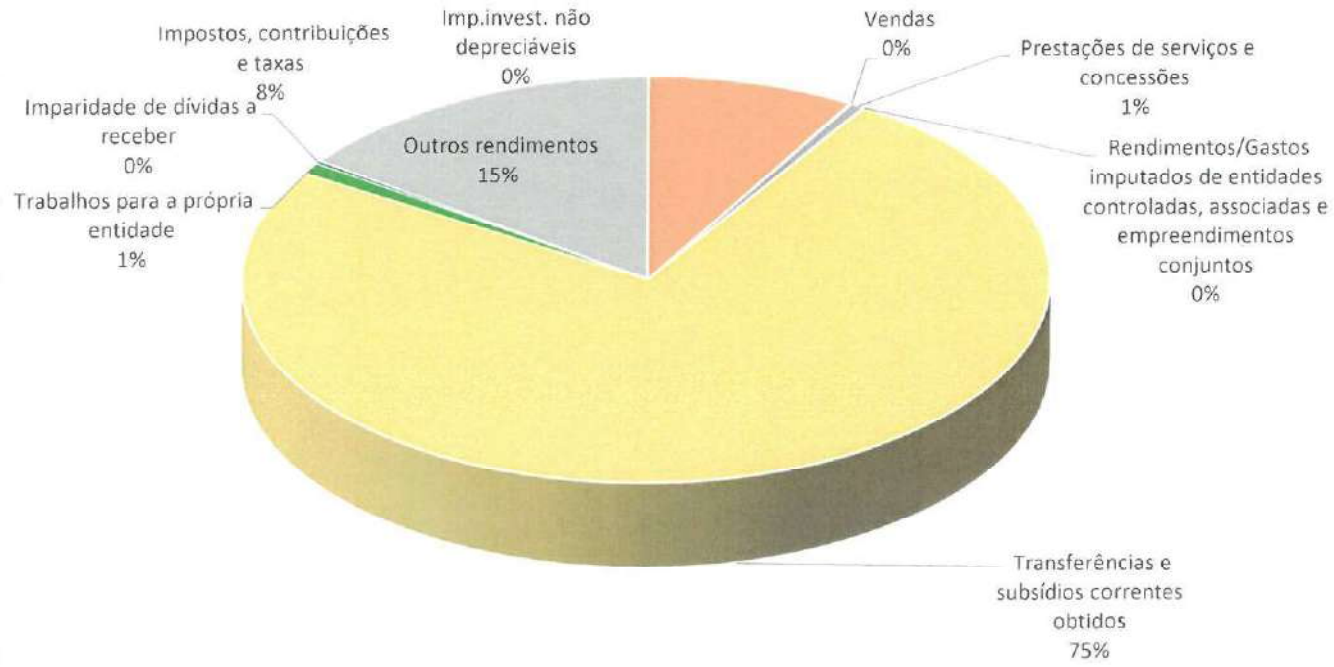
A diminuição apresentada nos rendimentos é justificada principalmente pela diminuição das rubricas Outros rendimentos e Transferências e subsídios correntes obtidos, num total de cerca de 410.000 €, sendo que nesta última rubrica, pese embora o valor resultante da participação do Município de Góis nos impostos do Estado, em termos correntes , tenha aumentado, de 2020 para 2021, cerca de 250.000,00 €, o montante relativo a transferências correntes de empresas locais, registado em 2020, de 417.167,80 € relativo à compensação financeira, no âmbito do protocolo entre os Municípios de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penacova, Penela, Vila Nova de Poiares e a APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S.A. para a Prestação dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água, de Saneamento de Águas Residuais Urbanas e de Gestão de Resíduos Urbanos, dos custos incorridos pelo Município de Góis, cuja cessão da posição contratual ainda não foram transferidos para

a APIN e dos custos com o pessoal diretamente afeto aos serviços de água e resíduos, relativos ao período transitório, não existiu em 2020, sendo que esse montante foi anulado em 2021, após a APIN, EIM, S.A., ter proposto ao Município de Góis, a reorganização dos seus débitos, por substituição, segundo o regime da novação objetiva previsto no artigo 857.º do Código Civil, da obrigação de pagamento da compensação financeira por uma nova obrigação da Entidade, de realização de investimentos adicionais a favor do Município de Góis, de valor equivalente ao respetivamente devido.

No caso dos gastos, as rubricas que mais contribuíram para a diminuição foram as Provisões, pois esta rubrica em 2020 teve um registo bastante avultado devido principalmente à estimativa de exfluxo de recursos relacionada com a ação administrativa relativa ao incumprimento, por parte do Município da Pampilhosa da Serra do Protocolo de Divisão de Energia Eólica Produzida nos Limites dos Concelhos de Góis e Pampilhosa celebrado pelos dois intervenientes em 22/08/2006, situação que se verifica em 2021, mas não é refletida em gastos do período de 2021. No entanto, verifica-se alguns incrementos, nomeadamente na rubrica Outros gastos, justificado principalmente por correções de exercícios anteriores, bem como na rubrica Transferências e subsídios concedidos, com um aumento de cerca de 32.000,00 €, devido, principalmente, ao apoio a empresas e a instituições sem fins lucrativos no âmbito do Programa de recuperação e incentivo às famílias, instituições e economia de Góis "Góis é solidário.

- Rendimentos

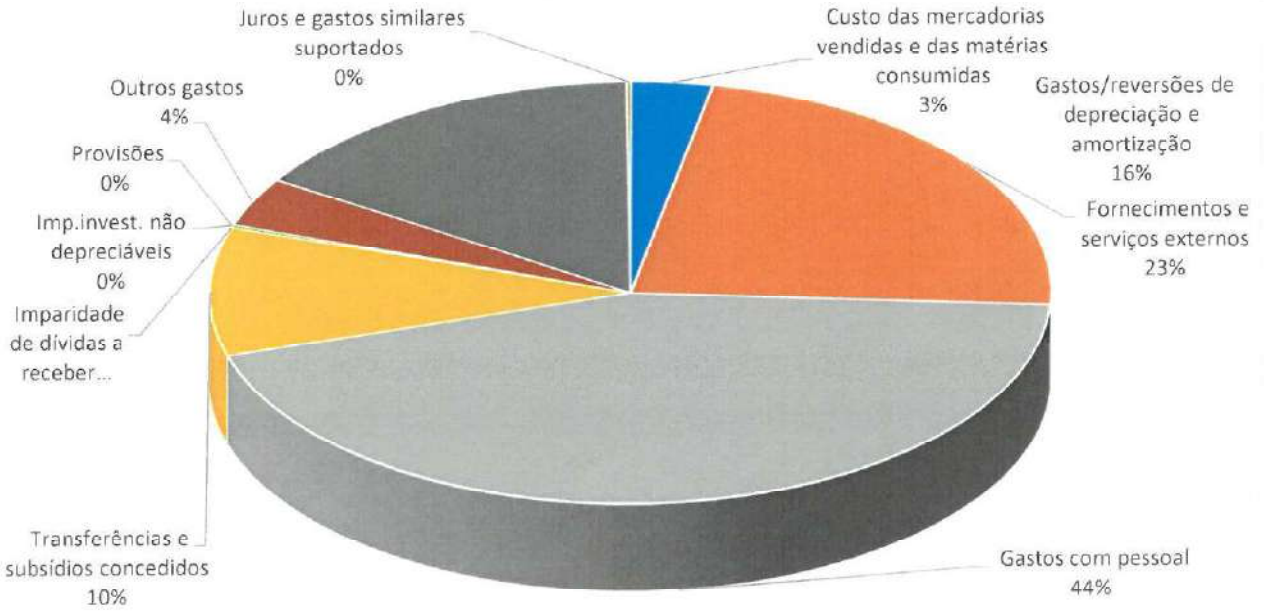
Gráfico nº 8 – Estrutura dos Rendimentos



Em termos de repartição pelos diversos rendimentos, conforme se pode verificar pelo gráfico anteriormente apresentado, a grande fatia vai para as Transferências e subsídios correntes obtidos, que constituem no período em causa, cerca de 75%, seguido dos Outros rendimentos com cerca de 18% e dos Impostos, contribuições e taxas, com cerca de 8%.

- Gastos

Gráfico nº 9 – Estrutura dos Gastos



Conforme evidenciado no gráfico anterior, a componente de gastos mais elevada no Município respeita a Gastos com pessoal, sendo o seu peso de 44,18% no total dos gastos, seguida da rubrica Fornecimentos e Serviços Externos, cujo peso no total dos custos é de 22,97% e dos Gastos/reversões de depreciação e amortização, com 15,72%.

3.4 Indicadores Económico-financeiros:

Nesta fase irão ser calculados alguns indicadores económico-financeiros explanados de acordo com Modelo Único de Prestação de Contas das Entidades Públicas, publicado em maio de 2018 pela Unidade de Implementação da Lei de Enquadramento Orçamental (UNILEO):

Quadro nº 18 – Indicadores Económico-Financeiros

Indicador	Fórmula de cálculo	Ano 2020	Ano 2021	Variação 2020/2021
Liquidez Geral	Ativo corrente (ou CP) / Passivo corrente (ou CP), sendo que: Ativo corrente = Inventários + Créditos de Curto Prazo + Disponibilidades	0,56	0,70	24,15%
Liquidez Reduzida	(Ativo corrente - Inventários) / Passivo corrente (ou CP)	0,54	0,68	25,90%
Liquidez Imediata	Disponibilidades (ou meios financeiros líquidos) / Passivo Corrente (ou CP)	0,34	0,58	67,63%
Rentabilidade operacional do Volume de Negócios (ROVN)	Resultados operacionais (EBIT) / Volume de negócios * 100	-408,23	-188,73	53,77%
Taxa de Margem Bruta (TMB)	Margem Bruta / Volume de Negócios * 100, sendo que: Margem bruta = vendas – custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-319,81	-487,21	-52,34%
Rentabilidade do Património Líquido (RPL)	Resultados Líquidos/ Património Líquido * 100	-1,15	-0,33	71,45%
Rentabilidade Operacional do Ativo (ROA)	Resultados operacionais (EBIT) / Ativo * 100	-0,91	-0,27	70,86%
Grau de Rotação do Ativo (GRA)	Volume de Negócios/ Ativo	0,002	0,001	-36,96%
Prazo Médio de Pagamentos (PMP) - Programa Pagar a Tempo e Horas	Saldo médio (Fornecedores + Fornecedores Imobilizado) / Saldo médio (Compras + FSE + Aquisição de imobilizado) * 365	24	11	-54,17%
Autonomia Financeira	Património Líquido / Ativo	0,79	0,81	2,08%
Solvabilidade	Património Líquido / Passivo	3,86	4,29	11,02%
Grau de cobertura dos gastos financeiros	Resultados operacionais / Gastos Financeiros	-15,90	-5,74	63,91%
Endividamento	Passivo / Ativo	0,21	0,19	-8,05%

O rácio de Liquidez Geral, comparativamente a 2020, obteve um aumento, significando ainda que a realização do ativo corrente em liquidez não é suficiente para fazer face às dívidas a terceiros de curto prazo. Relativamente aos indicadores Liquidez Reduzida e Liquidez Imediata, o raciocínio é idêntico, sendo que neste último verifica-se não existir robustez de tesouraria, pois as disponibilidades (valores

imediatamente disponíveis) não são suficientes para fazer face às dívidas a terceiros de curto prazo (considerando a rubrica Diferimentos).

Relativamente ao indicador Rentabilidade operacional do Volume de Negócios, verifica-se que melhora, de 2020 para 2021, sendo negativo, uma vez que os Resultados operacionais (EBIT) são negativos, o mesmo sucedendo com o indicador Taxa de Margem Bruta (TMB), que também é negativo.

No que respeita ao indicador Rentabilidade Operacional do Ativo (ROA) verifica-se que, de 2020 para 2021, existe um aumento, justificado pela melhoria do Resultado líquido do período.

Para o rácio Grau de Rotação do Ativo (GRA) constata-se que é praticamente nulo nos dois anos em análise, uma vez que o Volume de negócios é insignificante quando comparado com o Ativo.

O indicador de Prazo Médio de Pagamentos (PMP) encontra-se definido em dias e reflete um decréscimo do ano 2020 para 2021, de 24 dias para 11dias.

O indicador de Autonomia Financeira representa a do Património líquido que financia o Ativo da autarquia. Este indicador aumentou um pouco de 2020 para 2021, uma vez que o Património líquido aumentou, enquanto que se registou uma diminuição do Ativo.

O indicador de Solvabilidade diz respeito à razão entre o Património líquido e o Passivo e ao como no indicador anterior, aumenta ao longo dos anos em análise, refletindo um baixo risco para os credores do Município, uma vez que o Património líquido cobre os capitais alheios detendo ainda alguma margem.

O Grau de cobertura dos gastos financeiros apresenta valores negativos nos dois anos em analise, uma vez que os Resultados operacionais são negativos.

O resultado do rácio do Endividamento indica que o Município detém uma satisfatória capacidade de endividamento face a terceiros, ou seja, ainda pode recorrer a capitais alheios sem comprometer autonomia financeira, uma vez que, nos dois anos em análise, o passivo representa apenas cerca de 20% do total do Ativo. Este rácio é meramente indicativo, pois a o endividamento, e a sua capacidade, para os municípios é alvo de uma legislação própria, independente deste cálculo.

3.4 Dívida Municipal:

3.4.1 Evolução da dívida municipal:

O quadro seguinte permite visualizar a composição da dívida e identificar a evolução da mesma no período de 2020 e 2021:

Quadro nº 19 – Evolução da Dívida

RUBRICAS	2020	2021	VAR 2020/2021 (VALOR)	VAR 2020/2021 (%)
Fornecedores	130.650,71	28.150,21	-102.500,50	-78,45%
Estado e Outros Entes Públicos	727,78	22,48	-705,30	-96,91%
Financiamentos obtidos	1.574.318,28	1.315.083,74	-259.234,54	-16,47%
Fornecedores de investimentos	22.310,58	21.030,15	-1.280,43	-5,74%
Outros credores	590.347,46	585.625,25	-4.722,21	-0,80%
	2.318.354,81	1.949.911,83	-368.442,98	-15,89%

A dívida em termos globais (fornecedores, financiamentos obtidos e outros credores) do Município em relação ao ano transato diminuiu 15,89%, o equivalente a 368.442,98€, verificando-se uma maior diminuição no saldo da dívida relativa a financiamentos obtidos.

Em termos de distribuição da dívida de 2021, constata-se que a maior fatia diz respeito a Financiamentos obtidos, com cerca de 67%, seguida de Outros credores, com cerca de 30% do total da dívida a terceiros, rubrica que incorpora 483.793,21 € de cauções de terceiros.

Relativamente à divida de Financiamentos obtidos, estes representam, como já foi referido, cerca de 67% do total da dívida a terceiros em 2021 e é distribuída por:

Quadro nº 20 – Financiamentos Obtidos

RUBRICAS	2020	2021	VAR 2020/2021 (VALOR)	VAR 2020/2021 (%)
Empréstimos bancários	1.385.806,01	1.149.293,08	-236.512,93	-17,07%
Locações financeiras	22.721,61	0,00	-22.721,61	-100,00%
Credores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	165.790,66	165.790,66	0,00	0,00%
	1.574.318,28	1.315.083,74	-259.234,54	-16,47%

A variação líquida da dívida de Financiamento obtidos, em 2021, é de -259.234,54 €, pois, não houve qualquer libertação de empréstimo de médio e longo prazos, nem se procedeu a qualquer contratualização de locação financeira, sendo que este ano apenas se procedeu à amortização dos vários empréstimos bancários e ao pagamento das rendas de locações financeiras, referente a dois contratos, que terminaram em 2021.

3.4.2 Cumprimento do limite da dívida total:

De acordo como disposto no nº1 do artigo 52º (Limite da dívida total) da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais - RFALEI), com as devidas alterações, o limite da dívida total de operações orçamentais para 2021 é igual a 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, conforme cálculos apresentados se seguida:

Quadro nº 21 – Cálculo do limite da Dívida Total

	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA COBRADA	LIMITE DA DÍVIDA TOTAL 2018
2018	6.609.786,96	9.923.360,93
2019	6.659.432,05	
2020	6.577.502,85	
Média	6.615.573,95	

No entanto, e tendo como referência o disposto na alínea a), do nº 3, do artigo acima referido, caso se cumpra o limite previsto anteriormente, em cada exercício, só se pode aumentar o valor correspondente a 20% da margem disponível em cada exercício, ou seja, sendo a dívida total em

01.01.2021 (= 31.12.2020) de 1.894.682,30 € (1.731.131,21 € correspondente à dívida total de operações orçamentais do Município e 163.551,09 € correspondente à dívida total das entidades em que o Município detém participação), a dívida total no ano de 2021 poderá ser no máximo de 3.500.418,03 €.

Em consonância com o nº 2 do artigo 52º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, com as devidas alterações, o cálculo da dívida total é composto pelos saldos das rubricas de empréstimos, locação financeira e restantes débitos decorrentes de operações orçamentais. Assim, a 31.12.2021 a dívida total do Município de Góis (excetuando a dívida total das entidades em que o Município detém participação) é a representada no quadro seguinte:

Quadro nº 22 – Total da dívida a terceiros operações orçamentais

DÍVIDA TOTAL	31.12.2020	31.12.2021
22 - Fornecedores	129.669,35	28.150,21
2511 - Empréstimos Bancários	1.385.806,01	1.149.293,08
2711+2712 - Fornecedores de investimentos	22.310,58	21.030,15
2513 - Locações Financeiras	22.721,61	0,00
202 - Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	0,00	0,00
27892919011 - Outros credores - Retenções e Descontos	0,00	0,00
226+2716 -Sociedades de factoring	981,36	0,00
204 - Credores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	165.790,66	165.790,66
27892912 - Outros Credores - Serv e Fundos Aut	3.085,16	590,78
242 - Retenção de impostos sobre rendimentos	766,48	22,48
	1.731.131,21	**1.364.877,36**

De referir que se verifica que a 31.12.2021 a dívida total orçamental diminuiu cerca de 21% face à existente a 01.01.2021.

Quadro nº 23 – Situação face ao limite da Dívida Total

CUMPRIMENTO DO LIMITE DA DÍVIDA TOTAL A 31.12.2021	
1. Média da receita corrente líquida cobrada	6.615.573,95
2. Limite da Dívida Total [(1.)*1,5]	9.923.360,93
3. Limite da dívida total (2021) - aumento de 20% aumento dívida 2020	**3.500.418,03**
4. Total da dívida a terceiros operações orçamentais a 31.12.2020	1.731.131,21
5. Contribuição SM/AM/SEL/Ent. Part. a 31.12.2020	163.551,09
6. Dívida Total a 31.12.2020 [(4.)+(5.)]	**1.894.682,30**
7. Margem utilizável em 2021 [(3.)-(6.)]	**1.605.735,73**
8. Total da dívida a terceiros operações orçamentais a 31.12.2021	1.364.877,36
9. Contribuição SM/AM/SEL/Ent. Part. a 31.12.2021	702.855,18
10. Dívida Total a 31.12.2021 [(8.)+(9.)]	**2.067.732,54**
11. Verificação do cumprimento do limite a 31.12.2021 [(3.)-(10.)]	**1.432.685,49**
12. Margem utilizável a 31.12.2021 [(2.)-(10.)*20%]	**1.571.125,68**

Tendo em conta o montante da dívida total existente em 31 de dezembro de 2021 verifica-se que o Município tem utilizado 1.432.685,49 €, isto é, cerca de 59% do limite da Dívida Total, cumprindo assim o limite estipulado na legislação em vigor[4].

O montante da dívida total a 31.12.2021 corresponde à soma do total da dívida a terceiros de operações orçamentais a 31.12.2021 (1.364.877,36 €) e do total da contribuição do Município em entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total, em consonância com o disposto da no artigo 54º

---

4 Desde 2018, no cálculo e demonstração do cumprimento do limite da Dívida Total, a Direcção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), não considera o contributo da dívida da entidade ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses para o cômputo da Dívida Total, de acordo com informação prestada, através de e-mail datado de 26.03.2019, em que é indicado que a diferença entre o cálculo do Município e o cálculo da DGAL, "(...)decorre do facto de ser entendimento desta Direção-Geral que a dívida da Associação Nacional de Municípios Portugueses, atenta a natureza da entidade, não releva para a dívida do Município a que se refere o n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. Assim, a partir de 2018, foi incorporado um automatismo nos relatórios do SIIAL relativos ao apuramento da dívida (Ficha do Município e Aferição da Dívida Total) que passou a subtrair automaticamente da dívida orçamental relevante do Município, o valor da dívida da ANMP. Refira-se que, para efeitos de apuramento legal do cumprimento dos limites nos períodos anteriores a 2018, esta Direção-Geral procede à subtração "manual" do valor da dívida da ANMP aos valores que constam dos referidos relatórios."

Nos documentos de Prestação de Contas de 2018 foram apresentados os dois métodos de cálculo, ou seja, não considerando contributo da dívida da entidade ANMP para o cômputo da Dívida Total (entendimento da DGAL) e considerando o contributo da dívida desta Entidade (entendimento do Município). No entanto, e por uma questão de simplificação do cálculo e demonstração, já por si, bastante complexo, nos presentes documentos de Prestação de Contas de 2021, apenas se apresenta o limite da Dívida Total, bem como a demonstração do seu cumprimento do cálculo, utilizado e comunicado pela DGAL.

(Entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total) da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, com as devidas alterações, no montante de 702.855,18 €, conforme relação identificada no seguinte quadro:

Quadro nº 24 – Contribuição do Município em entidades relevantes para efeitos de limites da Dívida total

ENTIDADE	DESCRIÇÃO	DÍVIDA ORÇAMENTAL	% PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO	DÍVIDA TOTAL A CONSIDERAR
Municípia , E.M, S.A.	Empresa Local	-	0,15%	-
APIN - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M.,S.A. (a)	Empresa Local	8733023,26	7,20%	628.777,67
ERSUC, SA (a)	Participação local	-	0,25%	-
APMCH - Assoc. Portuguesa Mun. Centro Histórico	Entidade intermunicipal	1.639,59	0,53%	8,68
Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra	Entidade intermunicipal	1.214.177,67	3,07%	37.275,25
Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2	Entidade intermunicipal	0,00	2,94%	0,00
ADSL - Agência para o Desenvovimento da Serra da Lousã	Entidade intermunicipal	-	16,67%	-
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Beira Centro	Cooperativa	-	0,02%	-
AREAC - Agência Regional de Energia e Ambiente do Centro	Entidade associativa municipal	14.471,13	6,25%	904,45
ADESA - Assoc. Desenv. da Serra do Açor	Entidade associativa municipal	215.291,66	16,67%	35.889,12
				702.855,18

3.4.3 Cumprimento da redução do endividamento (OE/2021):

No presente ponto, pretende-se apurar de que forma o Município de Góis deu cumprimento ao estipulado pelo artigo 112º da Lei nº 75-B/2020, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2021 (OE/2021), que impõe as condições/regras para a redução do endividamento nas entidades incluídas no subsetor da administração local.

Ao contrário de anos anteriores, em que as regras para a redução do endividamento eram bastante rígidas, no presente ano, bem como nos anos de 2017 a 2020, as restrições apenas são aplicáveis aos

municípios que têm pagamentos em atraso (contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes), situação que não se verifica no Município de Góis desde o final do ano de 2012.

4. CONTABILIDADE DE GESTÃO

O presente relatório pretende mostrar a concreta atividade da Câmara Municipal exercida durante o exercício de 2021, enquanto análise de custos e proveitos.

A Contabilidade de Gestão tem vindo a revelar uma grande importância que permite às várias entidades maior rigor na gestão de recursos ao seu dispor, de modo a administrar de forma cada vez mais eficaz, eficiente e económica, tratando-se de um instrumento de gestão interna.

A Contabilidade de Gestão destina-se a produzir informação relevante e analítica sobre custos, e sempre que se justifique, sobre rendimentos e resultados, para satisfazer uma variedade de necessidades de informação dos gestores e dirigentes públicos na tomada de decisões.

O SNC-AP veio estabelecer a base para o desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão nas Administrações Públicas, definindo os requisitos gerais para a sua apresentação, dando orientações para a sua estrutura e desenvolvimento e prevendo requisitos mínimos para o seu conteúdo e divulgação.

O §34 da NCP 27 prevê que o relatório de gestão deve divulgar, por cada bem, serviço ou atividade final, a seguinte informação:

(a) Gastos e perdas diretos e indiretos de cada bem, serviço e atividade;

(b) Rendimentos diretamente associados ao bens, serviços e atividades (se existirem);

(c) Gastos e perdas totais do exercício económico e custo total acumulado de atividades, produtos ou serviços com duração plurianual, ou não coincidente com o exercício económico;

(d) Objetos de gastos e perdas finais para os quais se determinou o custo total, os critérios de imputação dos gastos e perdas indiretos utilizados e os gastos e perdas não incorporados.

A contabilidade de gestão do município assenta igualmente numa classificação funcional dos custos, de acordo com o classificador funcional das autarquias locais, aprovado DL nº 192/2015 de 11 de setembro e com base na NCP 27 - Contabilidade de Gestão do SNC-AP. Assim, é possível quantificar os objetivos a atingir pela autarquia, nos mais diversos níveis, planear a sua atividade, conhecer o seu contributo para o desenvolvimento, nas áreas de intervenção e na prossecução das suas atribuições, possibilitando, deste modo, obter informação sobre o esforço financeiro desenvolvido nas quatro grandes áreas de intervenções: as funções gerais, sociais, económicas e outras funções, e na prossecução das suas atribuições.

Após a implementação do SNC-AP, há a noção de que ainda existem situações que carecem de aperfeiçoamento, transitar de uma contabilidade meramente de custos para uma contabilidade mais abrangente, designadamente transpondo para um sistema de contabilidade de gestão, é o grande objetivo. No que diz respeito às aplicações informáticas ainda não nos permitem obter a informação completa para fazer face às recomendações da respetiva Norma Contabilística.

4.1 Análise de custos:

A informação que resulta da contabilidade de gestão deverá ser analisada como a melhor informação disponível tendo em consideração as limitações com que a Câmara Municipal se depara na obtenção da informação, estando relacionada, na sua maioria à despesa corrente.

Convém referir que em termos informáticos, para o correto funcionamento da contabilidade de gestão há a necessidade de se ter em consideração a relação existente entre várias aplicações informáticas de diversos quadrantes, nomeadamente gestão de stocks, obras por administração direta, gestão de pessoal e gestão do património.

De referir que os custos considerados como "outros custos" incorporam, principalmente, as amortizações do exercício dos bens inventariados e os fornecimentos e serviços diversos constantes na rubrica Fornecimentos e Serviços Externos.

Relativamente aos custos indiretos apresentados, estes dizem respeito a custos imputados diretamente a uma determinada função mas que não são imputáveis diretamente a nenhum bem/serviço, bem como os custos que não sendo diretamente imputáveis a nenhuma função ou bem/serviço, são repartidos por todos os bens/serviços de cada função (no ano de 2021 estes custos ascenderam a 829.875,17 €), de acordo com uma taxa de imputação calculada tendo por base o custo de cada bem/serviço no total dos custos.

Como se pode observar no quadro seguinte, as Funções Sociais representam 38,22% dos custos do Município, sendo de salientar as funções relacionadas com a Educação com um custo total na ordem de 891.996,75 €, e a função Desporto, recreio e lazer com um custo total no valor de 723.723,81 €.

Seguidamente é de realçar que as Funções Gerais representam 34,16% dos custos totais, estando incluídas todas as despesas relacionadas com a administração geral do Município.

Em relação às Funções Económicas, representativas de 23,44% dos custos totais do Município, destacam-se os Transportes Rodoviários com custos na ordem dos 997.884,01 €, onde se inclui o custo com as obras em arruamentos e na rede viária bem como da limpeza das vias, seguidos da Indústria e Energia com 373.823,39 € e do Turismo com 202.544,34 €.

Por fim temos as Outras Funções, com 4,18% dos custos, onde se destacam as Diversas não especificadas no montante de 195.892,55 €, que diz respeito, principalmente, aos custos com o serviço de transporte rodoviário regular e expresso fim-de-semana.

Quadro nº 25 - Repartição dos custos (diretos e indiretos) por funções

FUNÇÕES 2021		CUSTOS POR FUNÇÃO	%
1	**Funções gerais**	**2 427 636,61 €**	**34,16%**
111	Administração geral	1 936 217,29 €	27,24%
121	Proteção civil e luta contra incêndios	491 419,32 €	6,91%
2	**Funções sociais**	**2 716 292,38 €**	**38,22%**
211	Ensino não superior	635 286,31 €	8,94%
212	Serviços auxiliares de ensino	256 710,44 €	3,61%
221	Serviços individuais de saúde	- €	0,00%
232	Ação social	267 531,91 €	3,76%
242	Ordenamento do território	286 980,71 €	4,04%
243	Saneamento	- €	0,00%
244	Abastecimento de água	- €	0,00%
245	Resíduos sólidos	- €	0,00%
246	Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	111 341,96 €	1,57%
251	Cultura	429 319,78 €	6,04%
252	Desporto, recreio e lazer	723 723,81 €	10,18%
253	Outras atividades cívicas e religiosas	5 397,46 €	0,08%
3	**Funções económicas**	**1 665 874,00 €**	**23,44%**
310	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	91 357,25 €	1,29%
320	Indústria e energia	373 823,39 €	5,26%
331	Transportes rodoviários	997 884,01 €	14,04%
341	Mercados e feiras	265,01 €	0,00%
342	Turismo	202 544,34 €	2,85%
4	**Outras funções**	**297 280,12 €**	**4,18%**
410	Operações da dívida autárquica	3 159,62 €	0,04%
420	Transferências entre administrações	98 227,95 €	1,38%
430	Diversas não especificadas	195 892,55 €	2,76%
TOTAL		**7 107 083,11 €**	**100,00%**

De seguida efetuar-se-á uma análise mais aprofundada das funções mais relevantes, enquadradas nos três grupos de funções (Gerais, Sociais e Económicas).

- Funções Gerais

Estas correspondem a cerca de 34,16% dos custos totais e deve-se analisar separadamente cada uma delas.

- **Administração Geral**

Esta função incorpora, principalmente os "Serviços Diversos de Administração Geral" e o "Armazém/Oficinas" que representam, no seu conjunto, cerca de 69% dos seus custos totais. O serviço "Edifício Paços do Concelho" apresenta na rubrica "O. Custos" despesas relacionadas com eletricidade, internet, material de escritório, seguros, amortizações, entre outros.

No ano de 2015 foi criado o serviço "Serviços Diversos de Administração Geral" com o objetivo de incorporar os custos que não seriam, à partida, enquadráveis em nenhum bem/serviço e, portanto, seriam de considerar como custos indiretos a todos os bens/serviços e a todos as funções.

Quadro nº 26 - Imputação dos custos - Bens/Serviços da Administração Geral (Função 111)

BEM/SERVIÇO	MATERIAIS	MOD	MÁQ./VIAT.	O.CUSTOS	INDIRETOS	TOTAL
Bem 0001 - Edifício Paços Concelho - Infra Estrutura	0,00	0,00	0,00	6 550,56	684,07	7 234,63
Bem 0002 - Espaço Internet - Infra Estrutura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bem 0003 - Armazém / Oficinas	526,85	868,70	494,41	0,00	123,81	2 013,77
Bem 0004 - Outros Edifícios / Espaços Municipais Diversos	0,00	0,00	0,00	13 067,70	9 822,59	22 890,29
Bem 0005 - Viaturas Diversas Função 111	169,25	16 149,60	77,84	569,02	1 873,08	18 838,79
Bem 0006 - Máquinas Diversas	4 454,18	3 316,29	0,00	5 808,71	1 285,56	14 864,74
Bem 0064 - Parque Municipal - Infra Estrutura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bem 0065 - Espaço Co-Working - Infra Estrutura	0,00	0,00	0,00	559,92	17,52	577,44
em 0067 - Apoio serviços de agua/saneamento e resíduos	136,37	11 567,02	0,00	0,00	1 294,20	12 997,59
Serviço 0001 - Serviços Diversos de Administração Geral	7 596,70	786 245,46	28 142,49	230 987,84	140 242,02	1 193 214,51
Serviço 0002 - Edifício Paços do Concelho	1 125,71	23 628,36	33,88	62 704,82	14 042,37	101 535,14
Serviço 0003 - Espaço Internet	1,56	13 731,28	78,00	2 614,88	1 536,74	17 962,46
Serviço 0004 - Armazém/Oficinas	9 937,73	108 628,41	809,82	17 555,19	13 677,02	150 608,17
Serviço 0005 - Outros Edifícios / Espaços Municipais Diversos	5 889,73	25 803,03	2 290,29	32 490,63	7 372,56	73 846,24
Serviço 0006 - Balcão Único do Prédio (BUPi)	3,03	29 841,84	0,00	10,00	3 117,26	32 972,13
Serviço 0079 - Serviços Diversos - Covid - 19	0,00	709,80	0,00	103 731,65	10 022,12	114 463,57
Serviço 0080 - Parque Municipal	794,22	0,00	0,00	22 264,11	4 537,19	27 595,52
Serviço 0083 - Espaço Co-Working	0,00	0,00	0,00	2 862,06	459,49	3 321,55
Serviço 0085 - Apoio serviços de água/saneamento e resíduos	1 000,21	13 110,18	8 167,14	107 286,58	11 716,64	141 280,75
TOTAL	**31 635,54**	**1 033 599,97**	**40 093,87**	**609 063,67**	**221 824,24**	**1 936 217,29**

- **Proteção Civil e Luta Contra Incêndios**

No que se refere à Proteção Civil, a ADESA – Associação de Desenvolvimento da Serra do Açor e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Góis são as entidades que conferem maiores gastos, correspondendo a rubrica "O. Custos" maioritariamente a transferências correntes e de capital, representando 93% e 86%, respetivamente, destes bens/serviços. Em relação aos serviços diversos proteção civil/luta contra incêndios, na rúbrica "O. Custos" estão incluídos os custos relacionados com o serviço de beneficiação da rede viária em espaço florestal no concelho de Góis.

Quadro nº 27 - Imputação dos custos - Bens/Serviços da Proteção Civil e Luta Contra Incêndios (Função 121)

BEM/SERVIÇO	MATERIAIS	MOD	MÁQ./VIAT.	O.CUSTOS	INDIRETOS	TOTAL
Bem 0007 - Abertura e limpeza de estradas e aceiros	139,11	12 039,44	4 632,78	0,00	739,12	17 550,45
Bem 0008 - Viaturas Diversas Função 121	0,00	1 819,13	0,00	0,00	244,39	2 063,52
Serviço 0007 - Bombeiros - Apoio Entid. Prevenção Contra Incêndios	503,15	339,36	181,30	175 833,61	12 624,42	189 481,84
Serviço 0008 - ADESA - Apoio Entid. Prevenção Contra Incêndios	150,49	1 705,96	0,00	24 015,00	2 118,72	27 990,17
Serviço 0009 - Silvicultura Preventiva	0,00	1 107,12	4 271,40	1 917,81	678,51	7 974,84
Serviço 0010 - Serviços Diversos Proteção Civil/Luta Contra Incêndios	200,15	28 967,21	2 741,72	200 046,02	14 403,40	246 358,50
Serviço 0082 - Prevenção Estrutural - SGIFR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	992,90	45 978,22	11 827,20	401 812,44	30 808,56	491 419,32

- Funções Sociais

- **Ensino Não Superior e Serviços Auxiliares de Ensino**

No que diz respeito às funções "Ensino não superior" e "Serviços auxiliares de ensino" (analisadas em conjunto), os bens/serviços que mais contribuem para os custos da Educação são a Escola Básica 2,3 de Góis, sendo de salientar a rubrica "Mão-de-obra" de 221.369,60€ representando 81% dos seus custos, e os Transportes Escolares – EB2,3, evidenciando a rubrica "O. Custos", que diz respeito ao serviço prestado pela entidade Rodoviária da Beira Litoral, SA,. De referir ainda que os serviços "Residência de Estudantes" e "Escola Básica 1º Ciclo de Góis" tem um peso de 11% nos custos totais das funções.

Quadro nº 28 - Imputação dos custos - Bens/Serviços do Ensino Não Superior e Serviços Auxiliares de Ensino (Funções 211 e 212)

BEM/SERVIÇO	MATERIAIS	MOD	MÁQ./VIAT.	O.CUSTOS	INDIRETOS	TOTAL
Bem 0009 - Jardim de Infância de Góis- Infra Estrutura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bem 0010 - Jardim de Infância Vila Nova Ceira-Infra Estrutura	82,58	0,00	0,00	0,00	21,13	103,71
Bem 0011 - Jardim de Infância Alvares-Infra Estrutura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bem 0012 - Escola Básica 1ºCiclo de Góis-Infra Estrutura	98,44	1 366,06	126,56	0,00	542,04	2 133,10
Bem 0013 - Escola Básica 1ºCiclo Vila Nova Ceira-Infra Estrut	1 553,08	2 289,71	148,19	0,00	226,84	4 217,82
Bem 0014 - Centro Escolar de Alvares - Infra Estrut	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bem 0015 - Escola Básica 2,3 de Góis - Infra Estrutura	2 407,95	1 640,34	95,18	3,66	446,06	4 593,19
Bem 0016 - Residência de Estudantes - Infra Estrutura	2 227,80	0,00	0,00	175,00	73,22	2 476,02
Serviço 0011 - Serviços Diversos Educação	0,00	24 550,55	618,25	17 231,29	6 783,88	49 183,97
Serviço 0012 - Jardim Infância de Góis	6,64	29 653,68	0,00	11 928,99	5 519,13	47 108,44
Serviço 0013 - Jardim Infância Vila Nova do Ceira	0,00	26 713,76	4,60	7 521,13	5 138,77	39 378,26
Serviço 0014 - Jardim de Infância de Alvares	0,00	0,00	0,00	4 355,85	839,95	5 195,80
Serviço 0015 - Escola Básica 1º Ciclo de Góis	33,60	56 962,19	6,40	25 263,41	11 528,45	93 794,05
Serviço 0016 - Escola Básica 1ºCiclo Vila Nova do Ceira	57,61	40 737,94	4,40	9 415,02	8 167,10	58 382,07
Serviço 0017 - Centro Escolar de Alvares	1 928,17	25 374,59	36,38	22 031,81	7 091,46	56 462,41
Serviço 0018 - Escola Básica 2,3 de Góis	506,61	221 369,60	0,00	21 993,85	30 780,63	274 650,69
Serviço 0084 - Escola Tecnológica/Profissional - Zona Pinhal - Góis	0,00	0,00	0,00	78,95	3,85	82,80
Serviço 0019 - Transportes Escolares - JI	0,00	717,34	1 091,10	2 703,24	415,25	4 926,93
Serviço 0020 - Transportes Escolares - EB1	0,00	974,61	1 368,40	6 307,55	681,87	9 332,43
Serviço 0021 - Transportes Escolares - EB2,3	0,00	26 450,21	16 299,08	62 899,20	23 709,82	129 358,31
Serviço 0022 - Transportes Escolares - Visitas de Estudo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviço 0023 - Transportes Escolares - ATL	0,00	191,10	273,20	0,00	30,67	494,97
Serviço 0024 - Transportes Escolares - Ensino Secundário (Arganil)	0,00	6 753,75	45,10	0,00	1 381,60	8 180,45
Serviço 0025 - Residência de Estudantes	1 757,58	60 929,69	726,57	25 127,02	13 400,47	101 941,33
TOTAL	**10 660,06**	**526 675,12**	**20 843,41**	**217 035,97**	**116 782,19**	**891 996,75**

- **Ação Social**

Nesta função consta o apoio prestado a diversas entidades e projetos, nas quais são de evidenciar o "Serviço Diverso Ação Social" que representa cerca de 39% do total da função, sendo a rubrica "Mão de Obra" 34% dos seus custos.

Quadro nº 29 - Imputação dos custos - Bens/Serviços da Ação Social (Função 232)

BEM/SERVIÇO	MATERIAIS	MOD	MÁQ./VIAT.	O.CUSTOS	INDIRETOS	TOTAL
Serviço 0026 - Apoio a Entidades - Ação Social	105,10	1 627,81	994,45	20 283,64	2 017,75	25 028,75
Serviço 0027 - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ)	84,78	14 905,77	0,00	13 484,36	2 835,22	31 310,13
Serviço 0028 - Assistência Social a Munícipes	0,00	77 036,16	0,00	900,43	9 348,92	87 285,51
Serviço 0029 - Políticas Sociais de Emprego	0,00	11 071,20	0,00	1 278,17	1 506,49	13 855,86
Serviço 0030 - Programa Municipal Inclusão e Desenvolvimento (PMID)	0,00	4 182,36	0,00	298,84	664,95	5 146,15
Serviço 0031 - Serviços Diversos Ação Social	386,45	35 380,04	2,99	52 886,66	16 249,37	104 905,51
TOTAL	**576,33**	**144 203,34**	**997,44**	**89 132,10**	**32 622,70**	**267 531,91**

- **Cultura**

Na cultura evidencia-se o apoio a diversas associações, ranchos, comissões e outros grupos diversos, com o montante de 178.17,85 € (41%), no qual se incorpora o apoio à ADIBER, à Associação Educativa e Recreativa de Góis e à Associação Desportiva, Recreativa e Cultural Filarmónica Varzeense (FILVAR). De salientar também o montante de 88.193,18 € de custos com a Casa da Cultura de Góis, onde se verifica um montante de 72.482,23€ da rubrica "O. Custos", representado, na sua maioria, pelos custos de amortizações do exercício e de eletricidade.

Quadro nº 30 - Imputação dos custos - Bens/Serviços de Cultura (Função 251)

BEM/SERVIÇO	MATERIAIS	MOD	MÁQ./VIAT.	O.CUSTOS	INDIRETOS	TOTAL
Bem 0034 - Biblioteca Municipal	440,78	425,68	67,53	0,00	40,03	974,02
Bem 0035 - Arquivo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bem 0036 - Casa Museu Alice Sande	24,50	55,23	0,00	47,08	17,11	143,92
Bem 0037 - Casa da Cultura de Góis	451,81	180,33	3,30	0,00	70,98	706,42
Bem 0038 - Coleção Museológica de Góis	0,00	0,00	0,00	797,48	82,51	879,99
Bem 0039 - Centro de Referência da Memória Goiense	60,78	4 292,19	234,85	9,80	400,14	4 997,76
Serviço 0049 - Festividades Diversas	113,55	2 459,66	182,45	25 578,05	17 843,92	46 177,63
Serviço 0050 - Feira do Livro	0,00	0,00	0,00	93,42	8,59	102,01
Serviço 0051 - Góis Oroso Arte	0,00	187,49	425,60	25 734,54	866,44	27 214,07
Serviço 0052 - Apoio a Associações/Ranchos/Comissões/Grupos	1 649,13	11 659,34	8 230,34	128 957,17	27 521,85	178 017,83
Serviço 0053 - Biblioteca Municipal	411,50	51 443,28	10,08	5 835,85	7 709,14	65 409,85
Serviço 0054 - Arquivo	0,00	14 918,40	0,00	0,00	1 584,70	16 503,10
Serviço 0055 - Casa da Cultura de Góis	304,52	5 097,79	8,05	72 482,23	10 300,59	88 193,18
TOTAL	**3 456,57**	**90 719,39**	**9 162,20**	**259 535,62**	**66 446,00**	**429 319,78**

- **Desporto, Recreio e Lazer**

Analisando a função Desporto, Recreio e Lazer destaca-se o serviço "Pavilhão Gimnodesportivo", "Praias Fluviais" e o "Apoio a entidades diversas". No serviço "Pavilhão Gimnodesportivo" a rubrica "Mão-de-obra" corresponde a cerca de 53% dos seus custos totais. No serviço "Festas do Concelho" a rubrica "O. Custos" representa cerca de 95% dos seus custos totais.

O bem Praias Fluviais também se destaca, sendo a rubrica "O. Custos" cerca de 54% dos seus custos totais, que diz respeito principalmente a amortizações, a eletricidade e a outros fornecimentos e serviços.

Quadro nº 31 - Imputação dos custos - Bens/Serviços de Desporto, Recreio e Lazer (Função 252)

BEM/SERVIÇO	MATERIAIS	MOD	MÁQ./VIAT.	O.CUSTOS	INDIRETOS	TOTAL
Bem 0040 - Parques e Jardins	8 503,70	28 370,61	3 400,53	18 586,51	4 096,11	62 957,46
Bem 0041 - Pavilhão Gimnodesportivo - Infra Estrutura	470,04	1 655,24	142,05	393,60	284,53	2 945,46
Bem 0042 - Campo de Futebol Eng.Augusto Nogueira Pereira - Infraestrutura	1 431,46	1 251,99	76,76	0,00	321,89	3 082,10
Bem 0043 - Praias Fluviais	31 637,37	34 217,74	2 867,14	96 433,34	13 822,18	178 977,77
Bem 0044 - Parques Infantis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bem 0045 - Campo de Ténis	7 799,68	12 354,94	785,87	2 537,34	1 166,66	24 644,49
Serviço 0056 - Eventos Diversos	2 906,38	11 628,46	2 837,16	49 830,91	3 754,89	70 957,80
Serviço 0057 - Festas do Concelho	53,98	2 052,90	143,50	81 893,41	3 122,90	87 266,69
Serviço 0058 - Apoio a Entidades Diversas	131,63	4 074,37	5 322,79	60 887,76	4 969,90	75 386,45
Serviço 0059 - Feira dos Santos, do Mel e da Castanha	93,82	2 022,95	110,10	11 086,22	1 976,25	15 289,34
Serviço 0060 - Pavilhão Gimnodesportivo	1 214,54	88 992,81	0,00	61 844,58	16 685,93	168 737,86
Serviço 0061 - Campo Futebol Eng. Augusto Nogueira Pereira	1 667,16	4 886,25	40,25	22 904,83	3 979,90	33 478,39
TOTAL	**55 909,76**	**191 508,26**	**15 726,15**	**406 398,50**	**54 181,14**	**723 723,81**

- Funções Económicas

- **Indústria e Energia**

Analisando o quadro seguinte verifica-se que o serviço "Iluminação Pública" é o que se destaca com cerca de 95% dos custos totais.

Quadro nº 32 - Imputação dos custos - Bens/Serviços de Indústria e Energia (Função 320)

BEM/SERVIÇO	MATERIAIS	MOD	MÁQ./VIAT.	O.CUSTOS	INDIRETOS	TOTAL
Bem 0048 - Zona Industrial de Góis	115,72	0,00	0,00	293,04	33,96	442,72
Bem 0049 - Zona Industrial das Cortes	4 437,94	4 789,65	3 055,16	0,00	487,30	12 770,05
Bem 0050 - Zona Industrial de V.N.Ceira	3,01	0,00	0,00	0,00	0,21	3,22
Serviço 0067 - Iluminação Pública	130,02	519,25	81,65	270 184,11	85 790,60	356 705,63
Serviço 0068 - Serviços Diversos de Indústria e Energia	0,00	1 321,44	0,00	440,34	183,97	1 945,75
Serviço 0069 - Ligações IP	0,00	0,00	0,00	1 828,89	127,13	1 956,02
TOTAL	**4 686,69**	**6 630,34**	**3 136,81**	**272 746,38**	**86 623,17**	**373 823,39**

- **Transportes Rodoviários**

Em relação às Funções Económicas, os Arruamentos Municipais da Freguesia de Góis é o bem que apresenta maiores custos nesta função e é justificado fundamentalmente pelas amortizações ("O. Custos") que correspondem a 82% dos seus custos.

Quadro nº 33 - Imputação dos custos - Bens/Serviços dos Transportes Rodoviários (Função 331)

BEM/SERVIÇO	MATERIAIS	MOD	MÁQ./VIAT.	O.CUSTOS	INDIRETOS	TOTAL
Bem 0051 - Rede Viária Municipal - Freguesia de Alvares	4 439,07	4 345,24	1 061,16	40 151,10	4 870,20	54 866,77
Bem 0052 - Rede Viária Municipal - União Cadafaz/Colmeal	3 534,58	1 367,49	363,85	62 220,09	8 621,51	76 107,52
Bem 0053 - Rede Viária Municipal - Freguesia de Góis	11 916,39	39 027,51	12 994,72	57 151,09	14 702,32	135 792,03
Bem 0054 - Rede Viária Municipal - Freguesia de V.N. Ceira	367,40	1 269,52	134,89	15 105,12	1 927,45	18 804,38
Bem 0055 - Arruamentos Municipais - Freguesia de Alvares	927,58	2 032,26	0,00	19 132,56	2 196,50	24 288,90
Bem 0056 - Arruamentos Municipais - União Cadafaz/Colmeal	1 818,20	2 941,41	502,20	24 482,38	2 406,85	32 151,04
Bem 0057 - Arruamentos Municipais - Freguesia de Góis	8 515,19	19 427,69	919,27	316 919,41	39 073,35	384 854,91
Bem 0058 - Arruamentos Municipais - Freguesia V.N. Ceira	19 353,56	14 729,20	2 644,89	59 512,99	8 202,58	104 443,22
Bem 0059 - Sinalização	7 197,13	5 784,02	880,60	0,00	1 720,51	15 582,26
Bem 0060 - Limpeza Vias Municipais	4 445,18	67 314,09	22 355,58	33 351,28	14 357,97	141 824,10
Bem 0061 - Área de Serviço Autocaravanas - Infra Estruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviço 0070 - Área de Serviço Autocaravanas	2 265,76	4 515,30	601,75	0,00	1 786,07	9 168,88
TOTAL	**64 780,04**	**162 753,73**	**42 458,91**	**628 026,02**	**99 865,31**	**997 884,01**

- **Turismo**

A "Divulgação do Concelho de Góis" é o serviço que se destaca com o maior montante (132.155,22 €), sendo a rubrica "O. Custos" com 75% dos seus custos totais. Neste serviço é de salientar os custos com a candidatura "Viver os Rios" (50.377,50 €), e a publicação e vídeo "Poder Local em Góis 2009-2021 (12.453,45 €). Segue-se o serviço "Posto de Turismo" que se destaca com o montante 58.144,68 € sendo este muito importante para o concelho numa perspetiva de atrair pessoas e fazer com que o turismo seja um importante contributo para o concelho.

Quadro nº 34 - Imputação dos custos - Bens/Serviços de Turismo (Função 342)

BEM/SERVIÇO	MATERIAIS	MOD	MÁQ./VIAT.	O.CUSTOS	INDIRETOS	TOTAL
Bem 0062 - Posto de turismo	202,68	119,42	49,98	0,00	16,80	388,88
Bem 0063 - Parque de Campismo	2 253,83	1 918,88	20,16	6 732,00	930,69	11 855,56
Serviço 0072 -Divulgação do Concelho de Góis	1 517,86	18 090,19	253,57	99 676,14	12 617,46	132 155,22
Serviço 0073 - Posto de Turismo	28,03	50 707,80	0,00	1 826,02	5 582,83	58 144,68
TOTAL	**4 002,40**	**70 836,29**	**323,71**	**108 234,16**	**19 147,78**	**202 544,34**

Quadro nº 35 - Comparação custos (diretos e indiretos) por funções com ano anterior

FUNÇÕES		CUSTOS POR FUNÇÃO 2020	CUSTOS POR FUNÇÃO 2021	VARIAÇÃO 2020/2021	
				VALOR	%
1	**Funções gerais**	**2 586 794,48 €**	**2 427 636,61 €**	**- 159 157,87 €**	**-6,15%**
111	Administração geral	1 881 219,02 €	1 936 217,29 €	54 998,27 €	2,92%
121	Proteção civil e luta contra incêndios	705 575,46 €	491 419,32 €	- 214 156,14 €	-30,35%
2	**Funções sociais**	**3 244 236,88 €**	**2 716 292,38 €**	**- 527 944,50 €**	**-16,27%**
211	Ensino não superior	676 411,85 €	635 286,31 €	- 41 125,54 €	-6,08%
212	Serviços auxiliares de ensino	290 649,97 €	256 710,44 €	- 33 939,53 €	-11,68%
221	Serviços individuais de saúde	- €	- €	- €	0,00
232	Ação social	287 589,38 €	267 531,91 €	- 20 057,47 €	-6,97%
242	Ordenamento do território	415 288,80 €	286 980,71 €	- 128 308,09 €	-30,90%
243	Saneamento	74 558,87 €	- €	- 74 558,87 €	-100,00%
244	Abastecimento de água	292 925,26 €	- €	- 292 925,26 €	-100,00%
245	Resíduos sólidos	108 725,05 €	- €	- 108 725,05 €	-100,00%
246	Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	105 879,72 €	111 341,96 €	5 462,24 €	5,16%
251	Cultura	454 035,08 €	429 319,78 €	- 24 715,30 €	-5,44%
252	Desporto, recreio e lazer	528 770,86 €	723 723,81 €	194 952,95 €	36,87%
253	Outras atividades cívicas e religiosas	9 402,04 €	5 397,46 €	- 4 004,58 €	-42,59%
3	**Funções económicas**	**1 671 212,85 €**	**1 665 874,00 €**	**- 5 338,85 €**	**-0,32%**
310	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	83 577,31 €	91 357,25 €	7 779,94 €	9,31%
320	Indústria e energia	413 541,97 €	373 823,39 €	- 39 718,58 €	-9,60%
331	Transportes rodoviários	945 034,76 €	997 884,01 €	52 849,25 €	5,59%
341	Mercados e feiras	4 884,57 €	265,01 €	- 4 619,56 €	0,00%
342	Turismo	224 174,24 €	202 544,34 €	- 21 629,90 €	-9,65%
4	**Outras funções**	**227 369,29 €**	**297 280,12 €**	**69 910,83 €**	**30,75%**
410	Operações da dívida autárquica	23 171,79 €	3 159,62 €	- 20 012,17 €	-86,36%
420	Transferências entre administrações	33 267,20 €	98 227,95 €	64 960,75 €	195,27%
430	Diversas não especificadas	170 930,30 €	195 892,55 €	24 962,25 €	14,60%
TOTAL		**7 729 613,50 €**	**7 107 083,11 €**	**- 622 530,39 €**	**-8,05%**

Da análise apresentada no quadro anterior, verifica-se que houve uma diminuição nos custos de 8,05% comparativamente ao ano transato, sendo as Funções Gerais e as Funções Sociais as que contribuíram

para esse incremento, onde se destaca a Função Saneamento, Função Abastecimento de Água e a Função Resíduos Sólidos, uma vez que deixámos de ter esses serviços ao encargo do município.

4.2 Análise de proveitos:

A informação apresentada neste ponto é um complemento à análise efetuada no ponto anterior (Contabilidade de Gestão) e também deverá ser analisada como a melhor informação disponível tendo em consideração as limitações com que a Câmara Municipal se depara na obtenção da informação, designadamente da aplicação informática utilizada.

Esta informação, ao contrário da Contabilidade de Gestão, não é obrigatória, mas surge como um estudo pertinente de comparação dos custos e proveitos, tendo como objetivo principal observar o grau de cobertura dos custos por função.

Assim, os dados apurados consistem apenas nos proveitos diretamente imputáveis aos diversos bens/serviços, já mencionados, não havendo, nesta análise, a possibilidade de incorporar os proveitos diretamente, apenas às diversas funções.

Da análise do quadro seguinte, constata-se que dos proveitos totais, as Funções "Administração Geral", superam os custos. Salientam-se as Funções Transportes Rodoviários, Desporto, recreio e lazer e Cultura onde se constata uma diferença entre os custos e os proveitos de 968.530,34 €, 689.830,77 € e 429.319,78 € respetivamente.

Quadro nº 36 - Grau de cobertura dos custos

	FUNÇÕES	CUSTOS POR FUNÇÃO 2021	PROVEITOS POR FUNÇÃO 2021	GRAU COBERTURA DE CUSTOS
1	**Funções gerais**	**2 427 636,61 €**	**6 203 399,98 €**	**255,53%**
111	Administração geral	1 936 217,29 €	6 149 080,43 €	317,58%
121	Proteção civil e luta contra incêndios	491 419,32 €	54 319,55 €	11,05%
2	**Funções sociais**	**2 716 292,38 €**	**597 577,26 €**	**22,00%**
211	Ensino não superior	635 286,31 €	282 605,71 €	44,48%
212	Serviços auxiliares de ensino	256 710,44 €	167 214,67 €	65,14%
232	Ação social	267 531,91 €	34 097,46 €	12,75%
242	Ordenamento do território	286 980,71 €	13 980,69 €	4,87%
243	Saneamento	- €	- €	-
244	Abastecimento de água	- €	- €	-
245	Resíduos sólidos	- €	- €	-
246	Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	111 341,96 €	65 785,69 €	59,08%
251	Cultura	429 319,78 €	- €	0,00%
252	Desporto, recreio e lazer	723 723,81 €	33 893,04 €	4,68%
253	Outras atividades cívicas e religiosas	5 397,46 €	- €	0,00%
3	**Funções económicas**	**1 665 874,00 €**	**411 321,72 €**	**24,69%**
310	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	91 357,25 €	8 981,15 €	9,83%
320	Indústria e energia	373 823,39 €	371 604,12 €	99,41%
331	Transportes rodoviários	997 884,01 €	29 353,67 €	2,94%
341	Mercados e feiras	265,01 €	- €	0,00%
342	Turismo	202 544,34 €	1 382,78 €	0,68%
4	**Outras funções**	**297 280,12 €**	**3 539,21 €**	**1,19%**
410	Operações da dívida autárquica	3 159,62 €	- €	0,00%
420	Transferências entre administrações	98 227,95 €	- €	0,00%
430	Diversas não especificadas	195 892,55 €	3 539,21 €	1,81%
	TOTAL	**7 107 083,11 €**	**7 215 838,17 €**	**101,53%**

Quadro nº 37 - Comparação proveitos por funções com ano anterior

	FUNÇÕES	PROVEITOS POR FUNÇÃO 2020	PROVEITOS POR FUNÇÃO 2021	VARIAÇÃO VALOR	VAR. %
1	**Funções gerais**	**5 025 446,20 €**	**6 203 399,98 €**	**1 177 953,78 €**	**23,44%**
111	Administração geral	5 025 446,20 €	6 149 080,43 €	1 123 634,23 €	22,36%
121	Proteção civil e luta contra incêndios	- €	54 319,55 €	54 319,55 €	-
2	**Funções sociais**	**1 316 848,13 €**	**597 577,26 €**	**- 719 270,87 €**	**-54,62%**
211	Ensino não superior	356 964,83 €	282 605,71 €	- 74 359,12 €	-20,83%
212	Serviços auxiliares de ensino	155 020,65 €	167 214,67 €	12 194,02 €	7,87%
232	Ação social	57 905,66 €	34 097,46 €	- 23 808,20 €	-41,12%
242	Ordenamento do território	10 645,95 €	13 980,69 €	3 334,74 €	31,32%
243	Saneamento	120 134,28 €	- €	- 120 134,28 €	-100,00%
244	Abastecimento de água	417 093,31 €	- €	- 417 093,31 €	-100,00%
245	Resíduos sólidos	147 094,09 €	- €	- 147 094,09 €	-100,00%
246	Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	28 975,23 €	65 785,69 €	36 810,46 €	127,04%
251	Cultura	- €	- €	- €	0,00%
252	Desporto, recreio e lazer	23 014,13 €	33 893,04 €	10 878,91 €	47,27%
253	Outras atividades cívicas e religiosas	- €	- €	- €	0,00%
3	**Funções económicas**	**656 348,36 €**	**411 321,72 €**	**- 245 026,64 €**	**-37,33%**
310	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	4 252,17 €	8 981,15 €	4 728,98 €	111,21%
320	Indústria e energia	605 106,05 €	371 604,12 €	- 233 501,93 €	-38,59%
331	Transportes rodoviários	43 832,62 €	29 353,67 €	- 14 478,95 €	-33,03%
341	Mercados e feiras	- €	- €	- €	0,00%
342	Turismo	3 157,52 €	1 382,78 €	- 1 774,74 €	-56,21%
4	**Outras funções**	**228 636,96 €**	**3 539,21 €**	**- 225 097,75 €**	**-98,45%**
410	Operações da dívida autárquica	- €	- €	- €	0,00%
420	Transferências entre administrações	- €	- €	- €	0,00%
430	Diversas não especificadas	228 636,96 €	3 539,21 €	- 225 097,75 €	-98,45%
	TOTAL	**7 227 279,65 €**	**7 215 838,17 €**	**- 11 441,48 €**	**-0,16%**

Após a análise do quadro anterior verifica-se que houve uma diminuição nos proveitos de 0,16% comparativamente ao ano anterior, justificando-se essencialmente pelas Funções Saneamento, Abastecimento de Água e Resíduos Sólidos.

5. RECURSOS HUMANOS

Em 31 de dezembro de 2021, o Município de Góis contava com um total geral de 176 trabalhadores. Da análise dos quadros seguintes, verifica-se que o grupo detentor da carreira de Assistente Operacional é o grupo com maior peso no total de trabalhadores, contando com aproximadamente 51% e que a maioria dos colaboradores é do sexo masculino, com 53%.

Quadro nº 38 - Trabalhadores por carreira segundo a modalidade de vinculação

Relação Jurídica	Carreira							
	Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informática	Outros	Total
Comissão de serviço		1					2	3
CTFP por tempo indeterminado			32	43	90	2	4	171
CTFP a termo resolutivo certo			2					2
Totais	0	1	34	43	90	2	6	176

Quadro nº 39 - Trabalhadores segundo o género

Relação Jurídica	Carreira															
	Dirigente Superior		Dirigente Intermédio		Técnico Superior		Assistente Técnico		Assistente Operacional		Informática		Outros		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Comissão de serviço			0	1									1	1	1	2
CTFP por tempo indeterminado					10	22	19	24	57	33	2		4		92	79
CTFP a termo resolutivo certo					1	1	0	0							1	1
Totais	0	0	0	1	11	23	19	24	57	33	2	0	5	1	94	82

É de salientar ainda, que o índice de tecnicidade do pessoal, ou seja, o número de técnicos superiores no total dos efetivos situa-se em cerca de 19%, mostrando-se relativamente baixo.

Quadro nº 40 - Trabalhadores segundo o escalão etário

Anos de idade	Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informática	Outros	Totais
< 20								0
20-24								0
25-29			3	1	3			7
30-34			5	1	4			10
35-39			4	4	3	1		12
40-44			11	4	12	1	1	29
45-49		1	3	12	11		2	29
50-54			2	8	17		1	28
55-59			2	6	26		1	35
60-64			1	4	14		1	20
65-69			3	3				6
> 70								0
Totais	0	1	34	43	90	2	6	176

Os trabalhadores do Município com 50 ou mais anos representam cerca de 51% do total dos trabalhadores. Os trabalhadores com maior peso no total dos trabalhadores têm idades compreendidas entre os 50 e os 54 anos e os 55 e os 59 anos (com cerca de 20%) e os 40 e os 49 anos (com cerca de 33% no total).

De referir ainda que do ano de 2020 para 2021, o número de trabalhadores manteve-se.

De salientar, por fim, que durante o ano de 2021 foram despendidas, por parte dos trabalhadores 3.545 horas de formação, correspondentes a 56 ações de formação.

6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido do exercício quando positivo, pode ser repartido para reforço do património e/ou constituição ou reforço de reservas.

Tendo em consideração que o resultado líquido é negativo, no valor de 85.388,27 €, propõe-se, de acordo com as disposições legais, que não haverá lugar à sua distribuição, pelo que o mesmo será integralmente transferido para a conta 56 – Resultados Transitados.

7. DISPOSIÇÕES DIVERSAS

1. A Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso) LCPA), com as devidas alterações e o Decreto-lei nº127/2012, de 21 de Junho, com as devidas alterações vieram estabelecer as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, tendo como princípio fundamental de que a execução orçamental não pode conduzir, em qualquer momento, ao aumento dos pagamentos em atraso (contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato ou documentos equivalentes).

Ao longo do ano de 2021, o Município de Góis efetuou o cálculo mensal dos fundos disponíveis, até ao 5º dia útil (exceto no mês de janeiro, mês da transferência orçamental de ano), em conformidade com o artigo 5º (Fundos disponíveis) e com o nº1 do artigo 7º (Assunção de compromissos) do Decreto-lei nº 127/2012, de 21 de junho.

Relativamente aos pagamentos em atraso, de forma a cumprir o estipulado na LOE/201, o Município de Góis finalizou o ano de 2021 com um montante de pagamentos em atraso nulo, mantendo-se esta situação desde 2012.

De acordo com o constante no nº 5 artigo 111º da Lei nº 75-B/2020, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2021 (OE/2021), que permitiu que os municípios que cumprissem com os limites de endividamento previstos no artigo 52º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, ficariam excluídos da aplicação da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso) LCPA), com as devidas alterações e do Decreto-lei nº 127/2012, de 21 de Junho,

com as devidas alterações, exceto no que respeita ao reporte de informação relativa aos pagamentos em atraso.

Com a comunicação efetuada à DGAL em 11.10.2021[5], e cumpridos que se encontram todos os requisitos previstos no supracitado artigo 111º, o Município beneficiou até ao final do ano de 2021 da exceção da aplicação da LCPA e do referido Decreto-Lei. No entanto, por uma questão de um maior acompanhamento da situação financeira, o cálculo e o reporte dos fundos disponíveis, manteve-se.

2. Através do Relatório nº 8/2021 – OAC – 2ª secção designado por "Impacto das medidas adotadas no âmbito da COVID-19 nas entidades da Administração Local do Continente", o Tribunal de Contas recomenda às entidades pertencentes à Administração Local, nomeadamente aos municípios, freguesias e uniões de freguesias, empresas locais, associações de municípios, comunidades intermunicipais e áreas metropolitanas, que incluam, na informação de prestação de contas, dados sobre a execução física e financeira das medidas de combate aos efeitos da COVID-19, incluindo:

a) a despesa imputada às medidas (obrigações e despesa paga líquida);

A despesa imputada às medidas de combate aos efeitos da COVID-19 é a seguinte:

Quadro nº 41 - Despesas de Combate COVID-19

Rubricas	Despesas pagas
Aquisição de bens e serviços	15.337,20
Transferências correntes	66.542,75
Subsídios	36.297,58
Aquisição de bens de capital	440,61
	118.618,14

b) a receita não arrecadada em resultado daquelas medidas, quando aplicável;

A receita não arrecadada em resultado daquelas medidas de combate aos efeitos da COVID-19 totaliza o montante de 11.689,53 €.

c) os contratos celebrados no âmbito daquelas medidas;

Não foram celebrados contratos no âmbito das medidas de combate aos efeitos da COVID-19.

d) a execução física das medidas (v.g. número de ações e número de beneficiários)

[5] Ofício 1563 "Aplicação do nº5 do 111º da Lei nº 75/2021, de 31 de dezembro." (MGD: S-1814, de 02.09.2021).

Descrição	Máscaras	Desinfetante	Fatos de proteção	Cobre pés	Saboneteira de fixar à parede	Testes Covid-19
Município de Góis - uso interno	4.500,00	312,00	200,00	1.000,00	5,00	100,00

e) a eventual constituição de fundos específicos no âmbito da pandemia.

Não houve constituição de fundos no âmbito das medidas de combate aos efeitos da COVID-19.